

Avaliação Ex Ante do Programa Regional do Algarve 2021-2027

***Relatório final
dezembro de 2022***

(página propositadamente deixada em branco)



AVALIAÇÃO *EX ANTE* DO PROGRAMA REGIONAL DO ALGARVE 2021-2027

RELATÓRIO FINAL

Equipa responsável pela elaboração da Avaliação:

Núcleo de Coordenação
Paulo Madruga
Vânia Rosa

Equipa Técnica
Helena Miranda
Nuno Morim

dezembro 2022

SIGLAS E ACRÓNIMOS

AAC	Aviso de Abertura de Concurso
ADC	Agência para o Desenvolvimento e Coesão
AG	Autoridade de Gestão
AP	Acordo de Parceria – Portugal 2030
CCDR	Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional
CE	Comissão Europeia
EREI	Estratégia Regional de Especialização Inteligente
FC	Fundo de Coesão
FEAMPA	Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos, das Pescas e da Aquicultura
FEADER	Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural
FEDER	Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional
FSE	Fundo Social Europeu
I&D	Investigação e Desenvolvimento
I&DT	Investigação e Desenvolvimento Tecnológico
IF	Instrumentos Financeiros
IFRRU	Instrumento Financeiro para a Reabilitação e Revitalização Urbana
JESSICA	Apoio Europeu Conjunto ao Investimento Sustentável em Zonas Urbanas
NUT	Nomenclatura de Unidade Territorial
OE	Objetivo(s) específico(s)
ODS	Objetivos do Desenvolvimento Sustentável
OP	Objetivo(s) de política
PME	Pequenas e médias empresas
PR	Programa Regional
PRR	Plano de Recuperação e Resiliência
QA	Questão de Avaliação
RCM	Resolução Conselho de Ministros
RIS3	Estratégia de Investigação e Inovação para uma Especialização Inteligente (<i>Research and Innovation Strategies for Smart Specialisation</i>)
SEN	Sistema Estatístico Nacional
TdP	Teoria da Programação
UE	União Europeia

ÍNDICE

1.	INTRODUÇÃO.....	7
2.	ENQUADRAMENTO E METODOLOGIA.....	8
2.1.	ENQUADRAMENTO DO PROGRAMA REGIONAL DO ALGARVE 2021-2027	8
2.2.	METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO	9
2.3.	EXPLICITAÇÃO DO TEORIA DA PROGRAMAÇÃO	12
3.	RESPOSTAS ÀS QUESTÕES E SUB-QUESTÕES DE AVALIAÇÃO	15
	QA1. A ESTRATÉGIA E OS OBJETIVOS DO PROGRAMA SÃO RELEVANTES PARA DAR RESPOSTAS ÀS NECESSIDADES DIAGNOSTICADAS?.....	15
	QA2. OS OBJETIVOS E AS PRIORIDADES DO PROGRAMA GARANTEM A SUA COERÊNCIA INTERNA E EXTERNA?	17
	QA3. A TEORIA DA PROGRAMAÇÃO DO PROGRAMA É CREDÍVEL E EXPLICITA A FORMA COMO SE ESPERA QUE O PROGRAMA CONTRIBUA PARA OS RESULTADOS E IMPACTOS PREVISTOS?	18
	QA4. A ALOCAÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS, HUMANOS E ORGANIZACIONAIS DO PROGRAMA É A MAIS ADEQUADA?	20
	QA5. ESTÃO GARANTIDOS OS ELEMENTOS NECESSÁRIOS À MONITORIZAÇÃO E AVALIAÇÃO DO PROGRAMA? ..	23
4.	PRINCIPAIS CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES DA AVALIAÇÃO	27
5.	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS E ELETRÓNICAS.....	32
6.	ANEXOS.....	34
	ANEXO 1. MATRIZ DAS TÉCNICAS DE RECOLHA DE INFORMAÇÃO	34
	ANEXO 2. LISTA DE ENTIDADES AUSCULTADAS.....	35
	ANEXO 3. MATRIZES DE SUPORTE ÀS SQ5.1. E SQ5.2.	37

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1. Teoria da programação subjacente à intervenção – Quadro concetual.....	12
Figura 2. Teoria da Programação e respetivos pressupostos e riscos	13

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela A 2. Matriz de técnicas de recolha de informação da avaliação <i>ex ante</i>	34
---	----

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1. Estrutura do PR Algarve por objetivos de política e específicos	8
Quadro 2. Questões e sub-questões da avaliação ex ante.....	10
Quadro 3. Quadro conclusivo da Avaliação Ex ante do PR Algarve 2030	27
Quadro 4. Síntese de recomendações	30
Quadro A 1. Matriz de suporte à SQ 5.1. Análise da adequação e pertinência dos indicadores de realização	37
Quadro A 2. Matriz de suporte à SQ 5.1. Análise da adequação e pertinência dos indicadores de resultado	40
Quadro A 3. Matriz de suporte à SQ 5.2. Análise de clareza e robustez dos indicadores de realização	43
Quadro A 4. Matriz de suporte à SQ 5.2. Análise de clareza e robustez dos indicadores de resultado	46

1. INTRODUÇÃO

1. O presente documento constitui o Relatório Final da “Avaliação Ex Ante do Programa Regional do Algarve 2021-2027”, produzido pela EY-Parthenon, tendo por base a versão do Programa Regional (PR) submetida à Comissão Europeia a 24 de novembro de 2022 e aprovada a 14 de dezembro de 2022.
2. A formulação de resposta às Questões de Avaliação (QA) resulta essencialmente da análise integrada de informação de natureza qualitativa, nomeadamente o documento recebido do Programa Regional e outros estudos e documentos que suportam a programação ou que enquadram as políticas públicas nos domínios de incidência do Programa (nomeadamente estudos de suporte ao Diagnóstico e outros estudos e relatórios como planos e programas que enquadram as políticas públicas relevantes como a Estratégia Portugal 2030, o Acordo de Parceria e Estratégia de Desenvolvimento Regional Algarve 2030 que integra a Estratégia Regional de Especialização Inteligente 2021-2027).
3. Em resultado das reflexões metodológicas desenvolvidas, o Relatório Final apresenta uma leitura revista do modelo de abordagem metodológica, pretendendo clarificar as formas e os momentos de interação entre a elaboração do PR e a sua avaliação *ex ante*.
4. Assim, este documento está organizado em dois pontos principais:
 - No primeiro ponto é feito o enquadramento do exercício de avaliação e principais linhas de estruturação do Programa Regional do Algarve 2021-2027, bem como da metodologia de base a este exercício avaliativo, nomeadamente os seus referenciais conceptuais, as QA a que o estudo deverá responder, a forma de interação entre o processo de programação e de avaliação, e as várias iterações que substanciam o documento;
 - No segundo ponto apresentam-se as conclusões e recomendações derivadas das respostas relativas às cinco QA.
5. As conclusões e recomendações foram estruturadas tendo em vista a operacionalização do Programa, tendo sido deixados de parte aspetos relativos à sua conceção. Nesse sentido, foi formulado um conjunto de recomendações que, por vezes, não se relaciona diretamente com as conclusões que a equipa de avaliação retirou da resposta às Questões de avaliação, e tem um âmbito global, voltado para a implementação do PR Algarve 2021-2027. Afigura-se ainda importante referir que as conclusões e recomendações vinculam apenas a equipa de avaliação, que agradece à Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR) do Algarve o fornecimento de informação e a prestação de esclarecimentos essenciais para o processo avaliativo.

2. ENQUADRAMENTO E METODOLOGIA

2.1. ENQUADRAMENTO DO PROGRAMA REGIONAL DO ALGARVE 2021-2027

6. A resolução do Conselho de Ministros (RCM) n.º 97/2020, de 13 de novembro, relativa aos princípios e estrutura operacional da política de coesão para o período de 2021-2027 determina a estruturação de 5 PR no Continente, correspondentes ao território de cada NUTS II, respondendo, principalmente, à agenda temática “Um país competitivo externamente e coeso internamente, incluindo a declinação territorial das restantes agendas temáticas da Estratégia.”
7. O PR Algarve 2021-2027, foi configurado neste contexto, e alinhado com os Objetivos de Política da Coesão pós-2020, e depende da estreita articulação com o Acordo de Parceria, integrando a globalidade da cadeia de programação, que constituirá o próximo período 2021-27.
8. Em termos operacionais, os objetivos de política e os objetivos específicos mobilizados contribuirão para concretizar a seguinte visão: *“Uma região reconhecida internacionalmente pela qualidade de vida e identidade, dotada de atores capacitados para fazer face aos novos desafios, por via de escolhas sustentáveis, conducentes a um Algarve mais inteligente, mais conectado, mais verde e com menos carbono, mais social e inclusivo, mais coeso e próximo das pessoas”.*
9. O PR Algarve 2021-2027 mobiliza uma comparticipação comunitária de 780 milhões de euros, financiados maioritariamente pelo FEDER (668 milhões de euros, correspondendo a cerca de 86% da dotação financeira total) e pelo FSE+ (112 milhões de euros, correspondendo a cerca de 14% da dotação do PR).
10. O PR Algarve 2021-2027 contempla quatro Objetivos de Política (OP) que por sua vez se desdobram em vários Objetivos Específicos (OE). Estes estão em linha com os pilares estratégicos assumidos a nível europeu e nacional, sendo apresentados no quadro abaixo (Quadro 1).

Quadro 1. Estrutura do PR Algarve por objetivos de política e específicos

Objetivos de Política	Objetivos Específicos
OP 1 – Um Algarve mais competitivo Priorizando a consolidação do ecossistema de inovação como fator de competitividade e sustentabilidade, reforçando a colaboração entre produtores de conhecimento e o tecido empresarial, estimulando a digitalização da economia, em particular nos domínios de especialização inteligente no quadro da EREI, bem como o reforço da conectividade digital.	OE 1.1. Reforçar as capacidades de investigação e inovação e a adoção de tecnologias avançadas
	OE 1.2 Aproveitar as vantagens da digitalização para os cidadãos, as empresas e os governos
	OE 1.3 Reforçar o crescimento e a competitividade das PME e a criação de emprego nas PME
	OE 1.4 Desenvolver competências para a especialização inteligente, a transição industrial e o empreendedorismo
	OE 1.5 Promover a conectividade digital
OP 2 – Um Algarve mais verde e com menos carbono Em que as intervenções a apoiar serão direcionadas para minimizar as vulnerabilidades da região às alterações climáticas e à descarbonização, bem como a	OE 2.1 Promover a eficiência energética e redução das emissões de gases de efeito estufa
	OE 2.2 Promover as energias renováveis
	OE 2.4 Promover a adaptação às alterações climáticas, a prevenção dos riscos e a resiliência a catástrofes
	OE 2.5 Promover a gestão sustentável da água
	OE 2.6 Promover a transição para uma economia circular

Objetivos de Política	Objetivos Específicos
promoção da mobilidade sustentável.	OE 2.7 Reforçar a proteção da natureza e a biodiversidade, as infraestruturas verdes e reduzir a poluição OE 2.8 Promover a mobilidade urbana multimodal sustentável
OP 4 – Um Algarve mais social e inclusivo Em linha com o Pilar Europeu dos Direitos Sociais, o foco centrar-se-á em atuações que inovem nas respostas e nos serviços de interesse geral para enfrentar os desafios demográficos numa região assimétrica, mas também promover a inclusão, a literacia e a capacitação digital da população para acelerar a transição digital da economia e a afirmação da região no quadro da sociedade do conhecimento; estruturar as redes de qualificação, públicas e privadas, de nível intermédio e superior, por forma a reforçar sinergias e complementaridades e suprir necessidades emergentes nos domínios EREI.	4. a) Acesso ao emprego para todos os candidatos a emprego (+Coeso) 4. d) Promover a adaptação dos trabalhadores, das empresas e dos empresários à mudança, o envelhecimento ativo e saudável e um ambiente de trabalho saudável e bem-adaptado capaz de prevenir riscos para a saúde (RHAQ) 4. f) Promover a igualdade de acesso e a conclusão da educação e formação inclusiva e de qualidade (até ao ensino superior) TESP 4. g) Aprendizagem ao longo da vida, requalificação e melhoria de competências (<i>re&upskilling</i>), transições de carreiras e a mobilidade 4. h) Inclusão ativa, igualdade oportunidades, não discriminação, participação ativa e melhoria da empregabilidade (grupos vulneráveis) 4. k) Igualdade de acesso a serviços de qualidade e em tempo útil; proteção social; sistemas de saúde e cuidados prolongados 4.ii Melhorar o acesso equitativo a serviços inclusivos e de qualidade na educação, na formação e na aprendizagem ao longo da vida através do desenvolvimento de infraestruturas acessíveis, nomeadamente através da promoção da resiliência no que diz respeito à educação e formação à distância e em linha (Ensino superior) 4.v Garantir a igualdade de acesso aos cuidados de saúde, fomentar a resiliência dos sistemas de saúde, inclusive dos cuidados de saúde primários, e promover a transição dos cuidados institucionais para os cuidados centrados na família e de proximidade (Infraestruturas e Equipamentos Hospitalares) 4.vi Reforçar o papel da cultura e do turismo sustentável no desenvolvimento económico, na inclusão social e na inovação social
OP 5 – um Algarve mais coeso e próximo dos cidadãos Em que as intervenções incidirão quer nas zonas urbanas quer nas não urbanas, centradas em abordagens e instrumentos territoriais distintos, em função das características territoriais, funcionais ou temáticas.	OE 5.1 Promover o desenvolvimento social, económico e ambiental integrado e inclusivo, a cultura, o património natural, o turismo sustentável e a segurança nas zonas urbanas. OE 5.2 Promover, nas zonas não urbanas, o desenvolvimento social, económico e ambiental integrado e inclusivo a nível local, a cultura, o património natural, o turismo sustentável e a segurança.

Fonte: PR Algarve (Adaptado)

2.2. METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO

11. A avaliação *ex ante* de um Programa Regional tem como objetivo fundamental “melhorar a sua qualidade, procurando influenciar de forma positiva o processo técnico de elaboração, nomeadamente, no que respeita à programação estratégica, à arquitetura de prioridades e aos dispositivos de gestão e implementação, com destaque para o sistema de monitorização e avaliação”.
12. No quadro desta avaliação *ex ante*, são cinco as QA colocadas, que se desagregam num conjunto de sub-questões, como consta do Quadro 2-

Quadro 2. Questões e sub-questões da avaliação *ex ante*

Questão de avaliação	Sub-questões de avaliação
QA1. A estratégia e os objetivos do Programa são relevantes para dar resposta às necessidades diagnosticadas?	SQA1.1. As necessidades e desafios a que o Programa procura dar resposta estão corretamente diagnosticadas?
	SQA1.2. O Programa é consistente face ao diagnóstico das necessidades e desafios a que visa dar resposta?
	SQA1.3. O Programa está suficientemente alinhado com os objetivos estratégicos definidos a nível regional, nacional e europeu?
QA2. Os objetivos e as prioridades do Programa garantem a sua coerência interna e externa?	SQA2.1. Os objetivos de política, as prioridades, os objetivos específicos e o tipo de ações previstas no Programa constituem um conjunto coerente: – Entre si? – Face a outros instrumentos de política pública de âmbito comunitário, nacional ou regional?
QA3. A Teoria da Programação do Programa é credível e explicita a forma como se espera que o Programa contribua para os resultados e impactos previstos?	SQA3.1. O Programa assenta numa lógica de intervenção clara e bem articulada, quer ao nível da estratégia do Programa quer ao nível das respetivas prioridades (e objetivos específicos), explicitando como se considera que as intervenções e as realizações esperadas contribuam para os resultados e impactos previstos?
	SQA3.2. A Teoria da programação do Programa é credível (baseada em evidência), sendo robustos os elos de ligação causal entre as realizações do Programa e os resultados esperados e como estes contribuem para os impactos esperados?
QA4. A alocação dos recursos financeiros, humanos e organizacionais do Programa é a mais adequada?	SQA4.1. Os recursos alocados ao Programa são coerentes com as prioridades/eixos selecionadas pelo Programa, assegurando uma adequada concentração de recursos nas prioridades mais relevantes, tendo em consideração os desafios e necessidades identificadas?
	SQA4.2. A(s) forma(s) de apoio proposta(s) para a alocação dos recursos (ajudas reembolsáveis, não reembolsáveis, instrumentos financeiros, etc.) são adequadas face às prioridades/eixos e objetivos específicos definidos, à luz dos princípios da racionalidade económica, da sustentabilidade e da mais-valia da política pública?
	SQA4.3. Os recursos organizacionais e humanos alocados ao programa são os adequados para garantir o cumprimento dos seus objetivos?
QA5. Estão garantidos os elementos necessários à monitorização e avaliação do Programa?	SQA5.1. Os indicadores propostos são relevantes e adequados à medição das realizações, resultados e impactos esperados do Programa?
	SQA5.2. Os indicadores propostos estão claramente definidos? A sua metodologia de apuramento é clara e robusta?
	SQA5.3. Os processos e mecanismos de recolha e tratamento dos indicadores são adequados e atempados, incluindo a adequação da capacidade administrativa, permitindo um sistema de monitorização fiável, robusto e orientado para resultados?
	SQA5.4. Estão corretamente identificadas as principais necessidades de avaliação e criadas as condições -sistema de monitorização e capacidade administrativa – para dar resposta adequada e atempada a essas necessidades, nomeadamente quanto ao acesso e qualidade dos dados?

Fonte: Caderno de encargos do estudo de avaliação

13. O exercício de avaliação *ex ante* é um exercício exigente, desde logo na vertente de acesso a informação adequada, bem como no plano das necessidades de articulação entre a equipa de avaliação e a Autoridade de Gestão (AG, os programadores e entidades públicas com relevância nas

políticas que enquadram as intervenções do PR. Com efeito, fazendo a avaliação parte integrante do processo de programação, há claras necessidades de interação entre a definição dos objetivos e dos destinatários finais da política, questões externas ao exercício, e a configuração dos instrumentos a que a avaliação deve dar resposta.

14. Assim, a abordagem metodológica desenhada constitui um formato pragmático que tem em conta a necessidade de concluir, num período curto, o processo avaliativo, pois dessa condição depende em grande medida a sua utilidade. Com efeito, a rápida conclusão da avaliação é condição necessária para que esta possa ser relevante para a tomada de decisão. Neste contexto, a abordagem metodológica procura:
 - Maximizar a eficácia do processo de avaliação, através da definição clara do foco e dos critérios de subjacentes a cada uma das QA para que os diversos passos metodológicos concorram de forma expedita para os objetivos finais da avaliação;
 - Maximizar a interação entre os processos de avaliação e de programação assegurando uma relação fluida, estruturada e eficaz com o Grupo de Acompanhamento, que concorra para uma conclusão célere e eficiente dos trabalhos de avaliação;
 - Maximizar o envolvimento dos atores relevantes, onde relevam as entidades que participaram na programação, atores com experiência de gestão do atual PR e entidades representantes dos potenciais beneficiários;
 - Maximizar a produção e apropriação das conclusões e recomendações para o encerramento do processo de programação dos PR, prosseguindo uma lógica de *process-improvement* organizacional e mobilização dos atores relevantes.
15. Atendendo à articulação da presente avaliação *ex ante* com a Avaliação Ambiental Estratégica, foram mobilizados para esta avaliação os contributos recebidos pelo processo de participação institucional e do público em geral no processo de Avaliação Ambiental Estratégica (de acordo com as disposições estabelecidas Decreto-lei n.º 232/2007, de 15 de junho, alterado pelo Decreto-lei n.º 58/2011, de 4 de maio) aos quais, no âmbito da auscultação de atores se juntou uma reunião com a equipa do Programa Regional.
16. O processo de participação institucional foi assegurado através de uma consulta às entidades às quais, em virtude das suas responsabilidades ambientais específicas, possam interessar os efeitos resultantes da aplicação do programa (Entidades com Responsabilidades Ambientais Específicas), e consulta pública do PR que incluirá o respetivo Relatório Ambiental, aberta à participação do público em geral.
17. A apropriação pela equipa da avaliação *ex ante* dos contributos do processo de participação da Avaliação Ambiental Estratégica e a sua mobilização para a resposta às questões de avaliação, ou seja, mobilização de resultados de auscultação de atores-chave realizada fora do processo de trabalho desta avaliação que lhe confere o caráter de fonte secundária de informação, impossibilita a apresentação das sinopses dos momentos de auscultação neste documento. No entanto, são mobilizados ao longo do documento os contributos do processo de auscultação
18. No âmbito do disposto no artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho, a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve promoveu ainda, entre 26 de julho e 7 de setembro de 2022, a consulta pública do PR Algarve 2021-2027 (em simultâneo com a da Avaliação Ambiental Estratégica do Programa). Os contributos recolhidos deste processo foram também mobilizados ao longo da resposta às QA e, quando pertinente, nas conclusões e recomendações. A lista de entidades auscultadas pode ser consultada no Anexo 2.

19. Na Tabela A 1, em anexo, descrevem-se as principais características das técnicas de recolha de informação mobilizadas.

2.3. EXPLICITAÇÃO DO TEORIA DA PROGRAMAÇÃO

20. A Teoria da Programação (TdP) é uma representação gráfica e sistematizada do que é preciso que aconteça para que os resultados desejados se concretizem, isto é, do encadeamento das várias realizações e resultados intermédios que ocorrem em cada etapa da política ou programa, que despoletam a mudança e conduzem ao resultado de longo prazo e aos impactos. Estabelece-se assim um quadro lógico testável, nomeadamente no que respeita aos pressupostos, riscos e mecanismos que lhe estão associados.
21. Esta abordagem tem subjacente o conceito de “causalidade” que implica a compreensão de como um fator leva ou influencia (e não apenas “correlaciona com”) um comportamento observado. Ou seja, a abordagem metodológica prosseguida na Avaliação *ex ante* preocupa-se não tanto com o conceito de “atribuição” (relação causa-efeito entre variáveis discretas) mas sim com a análise da “contribuição” das intervenções para os resultados através de mecanismos de causalidade: as situações, eventos, motivações e expectativas que influenciam as ações dos atores e implicam a produção dos resultados das intervenções. As políticas são influenciadas por elementos contextuais, pelo que a formulação desta teoria deve ainda identificar os pressupostos e riscos associados a cada mecanismo, ou seja, as tendências pesadas ou condições que se considera que irão acontecer e que influenciarão a concretização da cadeia de causalidade. A identificação do grau de influência das intervenções sobre estes fatores é um elemento central na análise de fatores críticos de sucesso e eventuais pontos de estrangulamento do racional da programação. O roteiro típico da TdP é apresentado na figura 1.

Figura 1. Teoria da programação subjacente à intervenção – Quadro concetual



Fonte: EY-Parthenon

A elaboração da TdP foi suportada num processo de revisão de literatura e análise documental e teve em consideração, no que respeita aos pressupostos e riscos, um foco nos resultados e não tanto no processo de operacionalização das tipologias. A Figura 2 apresenta a síntese da abordagem metodológica associada à TdP.

Figura 2. Teoria da Programação e respetivos pressupostos e riscos

Racional da Intervenção / Enquadramento	Atividades principais	Sub-atividades / Recursos	Realizações	Resultados	Impactos
Necessidade de promoção de uma economia mais diversificada, do incremento de atividades de I&D e sua incorporação no setor produtivo, da atração de investimento externo e de um turismo gerador de mais valor acrescentado apropriado regionalmente e ambientalmente mais sustentável	1.A. Inovação e Competitividade 2.A. Sustentabilidade e biodiversidade	-Desenvolver e reforçar as capacidades de investigação e inovação e a adoção de tecnologias avançadas -Aproveitar as vantagens da digitalização para os cidadãos, as empresas, os organismos de investigação e as autoridades públicas -Reforçar o crescimento sustentável e a competitividade das PME, bem como a criação de emprego nas PME, inclusive através de investimentos produtivos -Desenvolver competências para a especialização inteligente, a transição industrial e o empreendedorismo - Promover a eficiência energética e reduzir as emissões de gases com efeito de estufa e Promover as energias renováveis - Promover a adaptação às alterações climáticas - Promover a transição para uma economia circular e eficiente na utilização dos recursos - Promover o acesso à água e a gestão sustentável da água - Reforçar a proteção e preservação da natureza, a biodiversidade e as infraestruturas verdes e reduzir todas as formas de poluição	- Aumento de empresas apoiadas (micro, pequenas, médias e grandes) e empresas apoiadas através de subvenções - Aumento de organizações de investigação e investigadores que participam em projetos de investigação conjunta - Aumento de instituições públicas apoiadas para desenvolvimento de serviços, produtos e processos digitais - Aumento do investimento privado em I&DT - Aumento da participação de intervenientes institucionais no processo de descoberta empreendedora - Aumento da capacidade de produção adicional de energias renováveis - Aumento do cumprimento das condutas dos sistemas de distribuição de abastecimento de água e de recolha de águas residuais	- Aumento de investimentos privados combinados com apoio público - Aumento de pequenas e médias empresas (PME) introdutoras de inovação de produtos ou de processos - Aumento de utilizadores de serviços, produtos e processos digitais públicos novos e melhorados - Aumento do peso de outros setores no PIB Regional (como o agroalimentar, biotecnologia, TIC e indústrias criativas) - Aumento de instituições envolvidas no processo de descoberta empreendedora - Diminuição do consumo anual de energia primária - Aumento da população que beneficia de medidas de proteção contra catástrofes naturais associadas ao clima (que não sejam inundações ou incêndios florestais) - Aumento da população ligada a instalações melhoradas de rede pública de abastecimento de água e de tratamento de águas residuais - Diminuição das perdas de água nos sistemas de distribuição e abastecimento de água	- Diversificar a economia, apoiando o alargamento e a promoção do setor produtivo, assente na geração de maior valor acrescentado - Promover o turismo gerador de valor e mais sustentável - Aumentar a resiliência e reduzir as vulnerabilidades do território e das populações às alterações climáticas, com especial incidência na gestão integrada da oferta e procura - Melhorar a qualidade do emprego - Proporcionar soluções de mobilidade adequadas à procura com menores emissões - Promover a integração modal em continuidade e segurança nos corredores pedonais e cicláveis - Melhorar a execução dos indicadores da coesão social (Pilar Europeu dos Direitos Sociais)
Existência de debilidades no plano dos recursos humanos, tendo consciência de que progressos duradouros na qualidade do emprego e das remunerações dependerão em última instância de melhorias no perfil produtivo da região e do reforço das qualificações escolares e profissionais.	1.B. Conectividade Digital 4.A. Qualificações, Emprego e Inclusão	- Reforçar a conectividade digital - Melhorar o acesso equitativo a serviços inclusivos e de qualidade na educação, na formação e na aprendizagem ao longo da vida - Garantir a igualdade de acesso aos cuidados de saúde, fomentar a resiliência dos sistemas de saúde - Reforçar o papel da cultura e do turismo sustentável no desenvolvimento económico - Melhorar o acesso ao emprego e a medidas de ativação de todos os candidatos a emprego - Promover o alargamento da base de recrutamento do ensino superior, em especial de grupos vulneráveis - Promover a igualdade de acesso a serviços, designadamente à educação e a cuidados de saúde, a preços acessíveis e sustentáveis - Promover a aprendizagem ao longo da vida, em especial através de oportunidades flexíveis de melhoria de competências e de requalificação para todos, tendo em conta as competências nos domínios do empreendedorismo e do digital	- Aumento de habitações com acesso a banda larga de capacidade muito elevada que garanta uma cobertura territorial mais abrangente - Aumento da capacidade das salas de aula, novas ou melhoradas, das instalações de ensino - Aumento de pessoas com emprego, incluindo trabalhadores por conta própria - Aumento de pessoas com um diploma do ensino superior - Aumento de participações em unidades de formação de curta duração ou unidades de competência - Aumento de agrupamento e escolas não agrupadas abrangidos por intervenções para a promoção do sucesso educativo - Redução da pobreza e das desigualdades sociais	- Aumento da cobertura de banda larga de capacidade muito elevada - Aumento de utilizadores anuais das instalações, novas ou modernizadas, de ensino - Aumento de participantes que obtêm uma qualificação uma vez terminada a participação em ações de formação e aprendizagem - Aumento das crianças e jovens que concluem em tempo próprio o respetivo nível de escolaridade - Aumento do peso dos diplomados com ensino superior na estrutura de qualificações da população empregada - Aumento do número de instituições da economia social envolvidas em projetos sustentáveis de inovação social	
Necessidade de proporcionar soluções satisfatórias para a mobilidade intra e inter-concelhia. Dado o sistema urbano algarvio, com centros de pequena dimensão, povoamento disperso e uma rede urbana policêntrica por concretizar, são numerosas as deslocações pendulares de média distância em viatura própria, o que impacta negativamente o ambiente e prejudica a competitividade da bacia de emprego.	2.B. Mobilidade e Descarbonização 5.A. Coesão Social e Territorial	- Promover a mobilidade urbana multimodal sustentável, como parte da transição para uma economia com zero emissões líquidas de carbono - Promover o desenvolvimento social, económico e ambiental integrado e inclusivo, a cultura, o património natural, o turismo sustentável e a segurança nas zonas urbanas - Promover o desenvolvimento social, económico e ambiental integrado e inclusivo a nível local, a cultura, o património natural, o turismo sustentável e a segurança nas zonas não urbanas - Melhorar a provisão de Serviços de Interesse Geral	- Aumento de infraestruturas dedicadas ao ciclismo apoiadas - Aumento de novas linhas de elétrico e de metropolitano - Aumento da população abrangida por projetos no âmbito de estratégias de desenvolvimento territorial integrado - Aumento de estratégias de desenvolvimento territorial integrado apoiadas	- Aumento de utilizadores anuais de linhas de elétrico e de metropolitano novas ou modernizadas - Aumento de utilizadores anuais de infraestruturas dedicadas ao ciclismo - Aumento de projetos transversais de âmbito intermunicipal - Aumento de instituições envolvidas nos projetos de promoção da capacitação institucional e do desenvolvimento regional apoiados - Redução da sinistralidade	

I Das Atividades para as Realizações (I) Pressupostos Os AAC lançados permitem captar elevada procura qualificada, viabilizando a seleção dos melhores projetos A oferta e forma de apoios e as condições de elegibilidade (plasmadas nos AAC) vão ao encontro da procura por parte dos beneficiários/promotores Os apoios disponibilizados encontram-se alinhados com as necessidades diagnosticadas Os IF possuem condições de financiamento mais atrativas que as do mercado tradicional, permitindo mitigar as falhas de mercado inibidoras de procura O sistema de monitorização do PR e os respetivos indicadores permitem acompanhar as realizações e resultados, fornecendo suporte para decisões de ajustamento no PR O desenho programático para responder às necessidades específicas dos territórios é adequado	II Das Realizações para os Resultados (II) Pressupostos A procura mobilizada é suficiente para alcançar as metas previstas Os resultados dos projetos são potenciados pelos incentivos (maior ambição, aceleração da produção de resultados, maior abrangência, maior inovação) Os mecanismos de governação territorial, de valorização da capacidade de liderança e de cooperação interinstitucional são adequados para promover o desenvolvimento socioeconómico Efeitos de complementaridade e sinergias entre políticas permitem o desenvolvimento de ações articuladas	III Dos Resultados para os Impactos (III) Pressupostos Os resultados esperados são relevantes para induzir mudanças sustentáveis no Algarve no âmbito da sustentabilidade e biodiversidade e na inovação e competitividade Os resultados esperados deverão repercutir-se de forma relevante em termos de impactos no aumento da inovação e competitividade das empresas Os resultados esperados deverão promover a eficiência de recursos, reduzindo consumos e emissões, garantindo um desempenho ambiental satisfatório Os resultados esperados deverão promover plataformas de mobilidade inteligente, transferência modal, integração na dinâmica urbana e foco na descarbonização Os resultados esperados deverão promover a coesão social e territorial, por via do acesso a equipamentos e serviços de saúde e educação de qualidade
Das Atividades para as Realizações (I) Riscos Existência de sobreposições ou efeitos concorrenciais entre instrumentos de política pública (regional, nacional e/ou comunitária), com reflexos na mobilização da procura Alterações do contexto (político, institucional, regulamentar, económico e/ou social), com reflexos na mobilização e na execução dos projetos aprovados Falta de previsibilidade e regularidade dos concursos gera atrasos na realização dos projetos, colocando em causa a oportunidade dos mesmos Dificuldades na implementação (capacidade de autofinanciamento, recursos humanos adequados, capacidade de concretização das ações previstas em candidatura....) limitam o desenvolvimento dos projetos apoiados Complexidade do quadro regulamentar e operacional dos apoios, desproporcional e penalizadora das realizações e dos resultados a alcançar Alterações nas prioridades regionais objeto de financiamento ao longo do período de programação condicionam as realizações alcançadas Falta de maturidade das operações e/ou de criação de parcerias necessárias em tempo útil Atrasos na conceção de soluções técnicas ajustadas aos problemas regionais e às políticas nacionais definidas	Das Realizações para os Resultados (II) Riscos Existência de fatores (internos e externos) que geram situações de ineficiência na utilização dos recursos (nível tecnológico, mercados ineficientes, entre outros) Desistência/não conclusão, por parte dos destinatários das iniciativas põe em causa o alcance das realizações e resultados previstos	Dos Resultados para os Impactos (III) Riscos A dotação financeira comparativamente às necessidades identificadas compromete o impacto das intervenções (o apoio público concedido não é o necessário para produzir os efeitos esperados) A concretização das metas e objetivos nos indicadores de resultado dos projetos é determinada por fatores externos, mitigando a sustentabilidade das mudanças alcançadas e o potencial impacto das políticas Fragilidades do ecossistema de empreendedorismo regional prejudicam a percepção/escala da mudança esperada As novas atividades/empresas não encontram espaço no mercado por falta de inovação (nos produtos e/ou serviços) ou escala Foco das intervenções nos recursos endógenos (e fraca orientação para mercados externos não dependentes das cadeias de valor do turismo) condiciona a diversificação da base produtiva regional Necessidade de alinhamento das operações com a EREI condiciona uma maior diversificação produtiva (num maior equilíbrio entre setores emergentes e consolidados)

3. RESPOSTAS ÀS QUESTÕES E SUB-QUESTÕES DE AVALIAÇÃO

QA1. A ESTRATÉGIA E OS OBJETIVOS DO PROGRAMA SÃO RELEVANTES PARA DAR RESPOSTAS ÀS NECESSIDADES DIAGNOSTICADAS?

SQA1.1. As necessidades e desafios a que o Programa procura dar resposta estão corretamente diagnosticadas?

22. Para a análise da adequação do diagnóstico às necessidades e desafios do Programa, a equipa de avaliação considerou a síntese do diagnóstico que consta do texto do Programa (Estratégia do Programa: principais desafios e respostas políticas) e também o documento “Algarve 2030 – Estratégia de Desenvolvimento Regional”, na versão de julho de 2020.
23. A leitura destes documentos revela a adequação do diagnóstico, que cobre os domínios de análise considerados relevantes para a fundamentação da estratégia e identifica os principais constrangimentos e desafios da Região.
24. Relativamente ao OP 1, “Algarve mais competitivo”, o diagnóstico identifica os principais problemas e desafios da Região em consonância com a importância que esta temática comporta. Salienta-se, contudo, a omissão relativamente às fontes de informação dos dados e, em alguns casos, a não disponibilização do ano a que os dados reportam. Por último, poderá referir-se que alguns dos desafios enumerados poderiam justificar uma elaboração mais aprofundada.
25. O mesmo problema pode também ser apontado ao OP 2, “Algarve mais verde e com menos carbono”, no qual a densidade e clareza do diagnóstico apresentado manifesta uma variabilidade em função das temáticas, e incorre também na omissão das fontes dos de alguns dos dados apresentados. Salienta-se, no entanto, a clareza e densidade do diagnóstico e a correta mobilização de documentos enquadradores da estratégia, como o PNEC 2030, o Pacto Ecológico Europeu e o Roteiro para a Neutralidade Carbónica 2050.
26. No OP 4, “Algarve mais social e inclusivo”, o diagnóstico das necessidades e desafios apresenta um grau de detalhe variável consoante os Objetivos específicos mobilizados. A título de exemplo, se em relação aos RSO4.2., RSO4.5 ou RSO4.6 não é apresentada evidência estatística e/ou qualitativa dos desafios ou o enquadramento das problemáticas em outros documentos relevantes, o mesmo não pode ser dito em relação ao ESO4.6., ESO4.7 ou ESO4.8, para os quais é realizado um diagnóstico mais preciso e suportado em evidência, pese embora, tal como apontado para outros Objetivos Estratégicos, estejam omissas as fontes de informação mobilizadas.
27. No que respeita ao OE que estruturam o OP5, considera-se que as problemáticas identificadas (o combate à pobreza e à exclusão socio espacial das cidades pelo reforço modernização e capacitação das redes e de equipamentos de Serviços de Interesse Geral (SIG) – RSO5.1 e a mitigação das desigualdades de oportunidades e limitação da rentabilidade de iniciativas privadas em Territórios Rurais e de Baixa Densidade - RSO5.1) é correta e deve figurar entre as prioridades do PR. No entanto, seria expectável um maior aprofundamento das consequências das problemáticas que suportasse de forma mais consistente as intervenções a apoiar.
28. Não obstante as lacunas identificadas, mormente associadas à identificação das fontes de informação utilizadas no diagnóstico, o processo de auscultação indicou ser este facto não decorrente de incúria ou falta de conhecimento do sistema estatístico e das fontes de informação, mas sim uma opção por parte da AG do PR, devida à limitação de carateres passíveis de utilização neste capítulo (no formulário disponibilizado pela Comissão Europeia e obrigatoriamente utilizado para o efeito de submissão do

Programa), tendo-se privilegiado a explanação da mobilização dos OP em detrimento do cumprimento das formalidades exigidas no processo de mobilização de fontes de informação.

SQA1.2. O Programa é consistente face ao diagnóstico das necessidades e desafios a que visa dar resposta?

29. A resposta à presente sub-questão de avaliação remete para a análise da consistência dos objetivos do PR face às necessidades diagnosticadas, em particular tendo em conta as especificidades dos beneficiários-tipo e os territórios abrangidos pelo Programa.
30. A escolha das Prioridades que compõem cada um dos OE deverá decorrer do quadro de necessidades, desafios e oportunidades contemplados nos principais documentos enquadradores e orientadores, de âmbito regional, nacional ou comunitário, bem como dos estudos de diagnóstico territorial e setorial atualizados que suportam a estratégia definida para o PR.
31. As temáticas abordadas no diagnóstico de suporte ao PR Algarve comportam os objetivos e, pontualmente, as metas estabelecidas nos principais documentos de orientação estratégica regional, nacional e comunitária, embora nem sempre devidamente identificadas e explicitadas. A fundamentação da escolha dos OE e das Prioridades – constante do Quadro 1 do PR – e dos objetivos e dos resultados que se pretendem alcançar no âmbito de cada Prioridade encontra-se ancorada nos elementos do diagnóstico prospetivo analisados na sub-questão anterior, apresentando níveis de robustez diferenciados entre domínios de análise.
32. De um modo geral, não se identificam incoerências ou contradições entre as opções estratégicas assumidas no exercício programático (Prioridades e OE) e os conteúdos enquadradores e de diagnóstico apresentados. As necessidades e desafios identificados no diagnóstico foram adequadamente vertidos nos objetivos do Programa, mas as opções estratégicas beneficiariam de maior fundamentação quantitativa e de maior aprofundamento em alguns domínios, tal como referido na questão anterior. De outra forma, a apresentação das Prioridades e dos OE surge de uma forma demasiado expositiva, podendo ser explorada de forma mais profunda a sua ligação com os elementos do diagnóstico.

SQA1.3. O Programa está suficientemente alinhado com os objetivos estratégicos definidos a nível regional, nacional e europeu?

33. A resposta a esta sub-questão remete para uma análise da forma como o diagnóstico comporta as dimensões previstas nos objetivos e metas europeias e nacionais ou noutros documentos de orientação estratégica associados à lógica de intervenção do Programa Regional. Para além desta análise, é do entendimento da equipa de avaliação que importa estender essa análise aos exercícios de avaliação realizados no período 2014-2020, para igualmente identificar se responde às necessidades reportadas.
34. Desta forma, a metodologia de análise passa por proceder ao levantamento dos principais documentos de orientação estratégica, comunitários e nacionais (incluindo, o Acordo de Parceria, a Estratégia Algarve 2030 e a Estratégia de Especialização Inteligente) com vista à identificação e sistematização das necessidades, dos objetivos e metas neles estabelecidos e analisar a coerência entre a estratégia/objetivos do PR e as necessidades e os objetivos estabelecidos nestes.
35. De forma genérica, verifica-se uma preocupação do PR na explicitação do alinhamento das suas Prioridades e OE com os documentos enquadradores de política pública nas diferentes escalas territoriais (regional, nacional e europeia). Verifica-se uma elevada consistência do PR face aos

objetivos e metas apontados nos documentos de orientação estratégica e de planeamento atrás referidos.

36. O Quadro 1 faz a relação direta entre os Objetivos estratégicos da Estratégia Europa 2030 com o diagnóstico, sendo também referidos outros documentos (temáticos e de âmbito transversal). A título de exemplo, cite-se, no âmbito do Objetivo Específico RSO1.1, serem salientadas as recomendações da Estratégia Regional 2030 para o Algarve, em termos de “robustecimento das estruturas de interface e de apoio à transferência de conhecimento das Universidades e centros de ciência e tecnologia para as empresas” em torno dos domínios de especialização das EREI. No âmbito do Objetivo Específico RSO1.3 - Reforçar o crescimento sustentável e a competitividade das PME, bem como a criação de emprego nas PME, inclusive através de investimentos produtivos, são salientados os “défices na transferência de conhecimento para as empresas e na valorização dos recursos já identificados na “Agenda Regional do Mar” (2008) que importa superar”. Para além destes, salienta-se a ligação dos setores de atividade económica que enformam a estratégia do PR com a Estratégia Regional de especialização Inteligente (EREI) e a referência ao Pacto Ecológico Europeu no âmbito dos objetivos específicos do OE 2.
37. São também referidas, embora de forma não transversal, as melhorias feitas em determinadas áreas temáticas face ao anterior Quadro Comunitário.

QA2. OS OBJETIVOS E AS PRIORIDADES DO PROGRAMA GARANTEM A SUA COERÊNCIA INTERNA E EXTERNA?

SQA2.1. Os Objetivos de política, as prioridades, os objetivos específicos e o tipo de ações previstas no Programa constituem um conjunto coerente:

Entre si?

38. Na abordagem a esta sub-questão pretende-se verificar se as intervenções propostas são consistentes entre si revelando a existência de sinergias. Em paralelo, será fundamental avaliar se essas intervenções têm um relevante potencial de complementaridade com outras, concorrendo para robustecer os objetivos a prosseguir.
39. A determinação da coerência interna dos objetivos específicos e o tipo de ações previstas no PR passa por analisar a consistência entre as intervenções selecionadas, ou seja, que intervenções contribuem para que mudanças e respostas às necessidades e se são coerentes entre si; e identificar se são potenciadas sinergias entre si e quais assumem maior importância.
40. De forma genérica, o PR Algarve é ilustrativo de um exercício de elevada coerência interna, mostrando-se os OE definidos adequados para o cumprimento das Prioridades. Neste quadro, os OE cobrem a maioria das áreas de resultado associadas às Prioridades, concorrendo para a sua observância.
41. Da análise do grau de articulação entre os OE e as Prioridades, não se observaram assimetrias de articulação/cobertura, concluindo-se sobre a adequação e homogeneidade da cobertura de todas as Prioridades. Não se observam, igualmente, OE redundantes ou menos pertinentes, assumindo no essencial as prioridades regionais.

Face a outros instrumentos de política pública de âmbito comunitário, nacional ou regional?

42. Como referido a propósito da resposta à SQA1.3, de forma genérica, verifica-se uma preocupação do PR na explicitação do alinhamento das suas Prioridades e Objetivos Específicos com os documentos

enquadradores de política pública nas diferentes escalas territoriais (regional, nacional e europeia). Verifica-se uma elevada consistência do PR face aos objetivos e metas apontados nos documentos de orientação estratégica e de planeamento analisados.

43. A articulação com os Objetivos de Política da UE tem eco nos Objetivos Específicos RSO1.1, RSO1.2, RSO1.3, RSO1.4 e RSO1.5 (OP 1: Uma Europa mais competitiva e inteligente), RSO2.1, RSO2.2, RSO 2.4, RSO 2.5 e RSO 2.7 (OP 2: Europa mais verde, com baixo teor de carbono).
44. A articulação dos OE com a EREI do Algarve é visível no RSO1.1, dado que a mobilização deste objetivo visa colmatar as debilidades identificadas, através da aposta na investigação e no desenvolvimento de atividades de média e alta tecnologia, nomeadamente nas áreas identificadas na Estratégia Regional de Especialização Inteligente (EREI) e no foco no turismo, setor identificado na EREI, que poderá tornar-se mais competitivo e ambientalmente sustentável por via da produção e incorporação de conhecimento. É também visível no RSO1.3, sendo referido como prioridade o “estímulo à criação e participação em redes e fileiras que proporcionem a consolidação e valorização de cadeias de valor nos setores da EREI”; no RSO1.4 (A mobilização deste objetivo visa dinamizar o ecossistema regional de inovação, promovendo níveis adequados de interação entre os seus agentes no âmbito da implementação da Estratégia Regional de Especialização Inteligente (EREI); Articulação direta com o tipo de ação do OE, tipo de ação designado por "Redes e capacitação institucional EREI" que engloba cadeias de valor e redes colaborativas, concertação estratégica e coordenação de atores, planeamento e programação integrada de investimentos, capacitação para a especialização inteligente, plataformas de inovação, governação e internacionalização); ou no RSO2.2 (Foram identificados resíduos e subprodutos com potencial de circularidade dos setores identificados na RIS3 Algarve mar agricultura turismo que, pela escala e volume de produção, poderão suportar processos de descoberta empreendedora em torno do seu prolongamento e manutenção da economia).
45. No capítulo 1. Estratégia do programa: principais desafios e respostas políticas do PR, é também referido que “As ações previstas reforçam a complementaridade entre fundos, designadamente com o FC, o FEADER e o FEAMPA, definindo-se fronteiras nos OE aplicáveis.” e ainda com o Plano de Recuperação e Resiliência (PRR).
46. Apesar da conclusão pelo elevado grau de coerência externa do Programa e da não identificação de conflitos entre os objetivos e as prioridades do PR e outros instrumentos de política pública de âmbito comunitário, nacional ou regional, a inegável valorização crescente das dimensões da sustentabilidade na conceção de políticas públicas poderá ser objeto de valorização por parte do PR. Em sede de operacionalização do Programa, nomeadamente aquando do lançamento de Avisos de Abertura de Concurso (AAC), poderia ser explorada a adoção e apropriação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Nações Unidas, e a obrigatoriedade de explicitação do alinhamento dos projetos candidatos com estes.

QA3. A TEORIA DA PROGRAMAÇÃO DO PROGRAMA É CREDÍVEL E EXPLÍCITA A FORMA COMO SE ESPERA QUE O PROGRAMA CONTRIBUA PARA OS RESULTADOS E IMPACTOS PREVISTOS?

SQA3.1. O Programa assenta numa lógica de intervenção clara e bem articulada, quer ao nível da estratégia do Programa quer ao nível das respetivas prioridades (e objetivos específicos), explicitando como se considera que as intervenções e as realizações esperadas contribuam para os resultados e impactos previstos?

47. A resposta a esta sub-questão visa explicitar se o Programa apresenta uma narrativa plausível sobre a forma como as intervenções desencadeiam um conjunto de resultados que terão determinados impactos, ou seja, como se espera que a política venha a funcionar.

48. Não tendo sido disponibilizada à equipa de avaliação uma TdP, sob a forma documental, a resposta à presente QA passa por, mais do que avaliar a credibilidade e a explicitação da contribuição do Programa para os resultados e impactos previstos, avançar com uma hipótese de TdP (ver capítulo 2.3. Explicitação da Teoria da Programação), que, entretanto, foi estabilizada com o benefício da análise crítica e contributo da AG do Programa, que deverá ser encarada como um contributo para futuros exercícios de monitorização e avaliação do Programa.
49. A TdP apresentada, que deverá ser encarada como um processo em construção, deverá ser avaliada em sede de avaliação intercalar do PR Algarve beneficiando, porventura, de um processo de auscultação com os *stakeholders* orientado para a recolha de contributos que permitam confirmar que as atividades e realizações se estão a desenrolar da melhor forma para produzir os efeitos esperados e identificando o contributo do Programa para o alcance dos resultados e impactos preconizados.

SQA3.2. A Teoria da programação do Programa é credível (baseada em evidência), sendo robustos os elos de ligação causal entre as realizações do Programa e os resultados esperados e como estes contribuem para os impactos esperados?

50. A relevância das teorias da programação (e mudança) como ponto prévio à realização de avaliações tem sido salientada em exercícios avaliativos dos quadros comunitários anteriores e continua a sê-lo no presente. A título de exemplo, num artigo de 2022 (integrante dos Cadernos Temáticos da coleção Políticas e Territórios da AD&C) designado “A estratégia de avaliação do Portugal 2020, uma perspetiva segundo a Teoria da Mudança”¹, é recomendado que se repense “o quadro lógico das avaliações de forma a realizar avaliações de impacto em prazos mais curtos, aumentando, desta forma, a sua oportunidade. As soluções podem passar por: i) elaboração de trabalhos prévios à realização de avaliações de impacto, nomeadamente, explicitação das teorias da programação e revisão de literatura...”. A relevância da elaboração da TdP ou do quadro da Teoria da Mudança como ponto prévio ao arranque dos trabalhos de avaliação é também relevado nas “Orientações para o planeamento e preparação das avaliações”², documento da rede PT 2020 de avaliação e monitorização, que refere que as especificações técnicas dos cadernos de encargos das avaliações devem conter a “explicitação da lógica da intervenção, incluindo apresentação da intervenção, dos seus objetivos, racionalidade e escala, bem como as alterações que estes tenham sofrido. Referência aos antecedentes da intervenção, ao quadro lógico, aos indicadores, à teoria da mudança”.
51. A proposta de TdP que se apresenta no capítulo 2.3. foi estruturada tendo como objetivo a explicitação dos elos de ligação causal entre as realizações do Programa e os resultados esperados e a forma como estes contribuem para os impactos esperados. Refere-se uma vez mais que a TdP aqui formulada deve ser objeto de avaliação em avaliações subsequentes (destacando-se, desde já, a avaliação intercalar do PR), afigurando-se como especialmente relevante a perceção da sua efetividade com a implementação da estratégia.

1 DIONÍZIO, S. RODRIGUES, D. PORTUGAL – A Estratégia de avaliação do Portugal 2020, Uma perspetiva segundo a Teoria da Mudança, Agência para o Desenvolvimento e Coesão, LP., 2022. https://www.adcoesao.pt/wp-content/uploads/Avaliac%CC%A7%CC%83o-Portugal-2020-2022_vf.pdf

2 Agência para o Desenvolvimento e Coesão, LP - Plano Global de Avaliação 2014-2020, Orientações para o planeamento e preparação do Portugal 2020

QA4. A ALOCAÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS, HUMANOS E ORGANIZACIONAIS DO PROGRAMA É A MAIS ADEQUADA?

SQA4.1. Os recursos alocados ao Programa são coerentes com as prioridades/eixos selecionadas pelo Programa, assegurando uma adequada concentração de recursos nas prioridades mais relevantes, tendo em consideração os desafios e necessidades identificadas?

52. Como referido no âmbito da análise à estratégia do PR, esta é ilustrativa de um exercício de elevada coerência interna, mostrando-se os objetivos específicos definidos adequados ao cumprimento das prioridades estabelecidas. Conclui-se, além disso, que a estratégia do Programa se revela apropriada aos contextos territorial e setorial da região e que a arquitetura programática do PR foi preparada em concordância com o disposto no AP 2021-2027.
53. No futuro imediato, os principais desafios são direcionados para: i) “no plano ambiental, a gestão dos recursos hídricos e atuação preventiva e mitigadora dos impactos inerentes às alterações climáticas”; ii) “no setor produtivo, a promoção de uma economia mais diversificada, do incremento de atividades de I&D e sua incorporação no setor produtivo, da atração de investimento externo, de um turismo gerador de mais valor acrescentado apropriado regionalmente e ambientalmente mais sustentável”; iii) “no plano dos recursos humanos e tendo consciência que progressos duradouros na qualidade do emprego e das remunerações dependerão em última instância de melhorias no perfil produtivo da região, um reforço das qualificações escolares e profissionais”.³
54. A análise por prioridade de intervenção do PR Algarve 2021-2027, proporciona uma leitura distinta e complementar da alocação financeira aos seus objetivos e, por inerência, à estratégia regional.
55. A prioridade estratégica 2-A. Sustentabilidade e biodiversidade é responsável por 37% da dotação financeira global (mais de 280 milhões de euros), destacando-se os OE 2 - v) *Promover o acesso à água e a gestão sustentável da água* (8,7% da dotação financeira global) e 2 - vii) *Reforçar a proteção e preservação da natureza, a biodiversidade e as infraestruturas verdes, inclusive nas zonas urbanas, e reduzir todas as formas de poluição* (7,5% da dotação financeira global).
56. A prioridade 1-A. Inovação e Competitividade assume aproximadamente 28% da dotação financeira global (mais de 209 milhões de euros). Destaca-se o OE 1 - iii) *Reforçar o crescimento sustentável e a competitividade das PME, bem como a criação de emprego nas PME, inclusive através de investimentos produtivos*, responsável por cerca de 20,5% da dotação financeira global.
57. Corrobora-se, desta forma, a relevância atribuída pelo Programa à construção e consolidação de uma base económica dinâmica e competitiva, sob uma matriz de desenvolvimento sustentável. A estrutura de financiamento adotada na proposta de Programa revela, em traços gerais, as grandes prioridades e os objetivos visados para a região para o período 2021-2027, em linha com a estratégia de especialização inteligente delineada. A competitividade regional, em particular das empresas e o foco nas alterações climáticas e nos impactos esperados para a região, nomeadamente no que se refere à disponibilidade de recursos hídricos e a sua gestão sustentável, encontra a sua correspondência na aplicação de fundos alocados ao Programa, incorporando por esta via as grandes diretrizes da política regional adotada.

³ Programa Regional do Algarve 2021-2027, capítulo 1, página 18.

SQA4.2. A(s) forma(s) de apoio proposta(s) para a alocação dos recursos (ajudas reembolsáveis, não reembolsáveis, instrumentos financeiros, etc.) são adequadas face às prioridades/eixos e objetivos específicos definidos, à luz dos princípios da racionalidade económica, da sustentabilidade e da mais-valia da política pública?

58. A regulamentação comunitária aplicável ao período de programação 2021-2027⁴ estabelece que a ajuda proporcionada pelos FEEI poderá assumir a forma de subvenções, Instrumentos Financeiros (IF) ou prémios. O novo enquadramento comunitário permite também a combinação destas modalidades, promovendo a definição de mecanismos de apoio mais flexíveis e que vão ao encontro das necessidades específicas dos Estados-membros e das regiões.
59. O PR Algarve 2021-2027 contempla as modalidades de subvenção não reembolsável e apoio através de instrumentos financeiros (empréstimos, garantias, subvenções no âmbito de uma operação a título de um instrumento financeiro). A subvenção não reembolsável continua a ser a forma de financiamento privilegiada, representando mais de 98,5% do apoio financeiro (aproximadamente 768 milhões de euros). Por seu turno, o recurso a IF é limitado a cerca 1,5% (cerca de 11,5 milhões de euros).
60. No texto do PR Algarve, a mobilização de IF encontra-se prevista nos seguintes OE:
- No OE *“RSO1.3. Reforçar o crescimento sustentável e a competitividade das PME, bem como a criação de emprego nas PME, inclusive através de investimentos produtivos (FEDER)”*, na medida em que estão previstos apoios diretos ao investimento para a inovação de empresas a título individual, intervindo os instrumentos financeiros como forma de financiamento complementar às subvenções⁵. Assim, no investimento empresarial produtivo o texto do PR indica que poderá ser adotado um financiamento híbrido, que consiste na combinação de uma subvenção não reembolsável com um instrumento financeiro.
 - No OE *“RSO2.1. Promover a eficiência energética e reduzir as emissões de gases com efeito de estufa (FEDER)”*, para as empresas, adota-se o financiamento híbrido (subvenção não reembolsável e instrumentos financeiros, que possui vantagens como a alavancagem da dotação face aos bons resultados no SI inovação do PT2020, dá resposta à subida de taxas de juro e melhores condições na execução pelas PME ⁶.
 - No OE *“RSO5.1. Promover o desenvolvimento social, económico e ambiental integrado e inclusivo, a cultura, o património natural, o turismo sustentável e a segurança nas zonas urbanas (FEDER)”* especificamente associados a intervenções de urbanização e regeneração urbana. Desde o período de programação 2007-2013, com a iniciativa JESSICA até ao período 2014-2020, com o IFRRU, que as iniciativas de reabilitação do edificado têm vindo a ser apoiadas através de instrumentos financeiros⁷.
61. Os exercícios de avaliação do anterior Quadro Comunitário, nomeadamente a “Avaliação Intercalar do Programa Operacional Regional do Algarve”, concluíram que os IF apresentam condições de financiamento mais atrativas que as do mercado tradicional, permitindo mitigar as falhas de mercado inibidoras da procura. No entanto, como principais constrangimentos associados a esta modalidade de financiamento é apontado o facto de se tratar de instrumentos com elevada complexidade e exigência, em matéria de elegibilidade, a que acresce a manifesta preferência dos beneficiários por

⁴ Regulamento (UE) 2021/1060 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 24 de junho de 2021

⁵ Programa Regional do Algarve 2021-2027, capítulo 2, página 71.

⁶ Programa Regional do Algarve 2021-2027, capítulo 2, página 93.

⁷ Programa Regional do Algarve 2021-2027, capítulo 2, página 217.

financiamentos na forma de subvenção, por a considerarem uma forma de financiamento mais ajustada às suas necessidades. O contexto económico atual, em que a variação positiva muito significativa das taxas de juro parece inevitável, pode criar constrangimentos adicionais no acesso ao crédito, o que poderá, por seu turno, dotar os IF de uma importância muito significativa.

62. Apesar do potencial de reutilização de fundos associados aos IF (efeito renovador), na repartição entre diferentes formas de financiamento, verifica-se uma ainda significativa proporção de subvenção não reembolsável. As lições de experiência do anterior quadro comunitário (Avaliação Intercalar do Programa Operacional regional do Algarve) revelam ainda que *“Com exceção feita ao IFFRU, que se revelou muito eficaz, a mobilização dos Instrumentos Financeiros revela-se crítica, sem perspetivas de se superarem as dificuldades de mobilização das entidades intermediárias, condicionando os efeitos esperados com a mobilização desses instrumentos”*. Desta forma, a opção pela primazia dada à modalidade de subvenção revela-se, de certa forma, prudente e ajustada tendo em conta a orientação e o contexto de implementação do Programa.

SQA4.3. Os recursos organizacionais e humanos alocados ao programa são os adequados para garantir o cumprimento dos seus objetivos?

63. De acordo com o racional de governação que resulta das lições e experiências do passado, os recursos organizacionais e humanos alocados ao programa traduzem uma posição orientada para as questões (desafios) que se afiguram mais relevantes para o período de programação.
64. A adequação do quadro de recursos humanos ao Programa Operacional do Algarve 2014-2020, foi alvo de avaliação na “Avaliação Intercalar do Programa Operacional Regional do Algarve”, tendo sido destacados: i) carências de recursos humanos transversal às várias entidades envolvidas na implementação do PO o que se traduz uma pressão acrescida sobre as diversas equipas técnicas, não permitindo, por vezes, assegurar níveis adequados de acompanhamento técnico e comprometendo a capacidade de operacionalização dos apoios; ii) a necessidade de alocar mais recursos financeiros à qualificação e formação dos recursos humanos afetos à gestão e operacionalização do PO.
65. Num contexto em que a dotação financeira alocada ao PR Algarve 2021-2027 mais do que duplicou face ao período de programação anterior (de 318,7 M€ para 780,2 M€ - um aumento de cerca de 145%), o montante afeto à Prioridade Assistência Técnica não variou na mesma proporção (aumento de 100% de 10M€ para 20M€), o que pode indiciar que o constrangimento associado às carências de recursos humanos se pode agravar neste quadro comunitário.
66. Para além da dimensão quantitativa dos recursos, deverá também assegurar-se o reforço da eficiência dos meios organizacionais e humanos que garanta o cumprimento dos objetivos do Programa. Estes ganhos de eficiência podem ser garantidos através da automatização de atividades, da cooperação multinível e da garantia de que aos recursos humanos é dada a formação adequada.
67. Dado o papel de coordenação da CCDR Algarve no processo, pode subentender-se a pretensão de reforçar e melhorar o processo de cooperação multinível, alinhando o mesmo com as políticas públicas nacionais e comunitárias, que permitam estimular a inovação institucional de base territorial.
68. Adicionalmente, por forma a garantir o cumprimento dos objetivos estabelecidos pelo Programa, deverá assumir-se o “Princípio da parceria” como orientador, e garantir o envolvimento dos principais agentes sociais, económicos e da sociedade na fase de implementação. Desta forma, importa evidenciar-se o papel do Comité de Acompanhamento na aplicação do Princípio mencionado, sendo que, para o período 2021-2027, deve ser reforçada a participação regular, a eficiência e a eficácia destes comités, tendo em conta as lições da experiência, incluindo um maior enfoque da atividade dos mesmos nos temas da avaliação e comunicação.

69. Com efeito, urge também evidenciar que o modelo de governação do PR, pretende:

- Reforçar e melhorar o processo de governação multinível;
- Desenvolver uma abordagem *bottom-up*;
- Promover a cooperação horizontal e vertical;
- Reforçar a capacitação institucional, através de uma articulação ao nível regional, sub-regional, intermunicipal e local, com diferentes capacidades, lideranças, recursos técnicos, financeiros e humanos.
- Reforçar o investimento em recursos afetos à montagem das iniciativas, fundamental numa região com dificuldades em trabalhar a diversificação económica e territorial

QA5. ESTÃO GARANTIDOS OS ELEMENTOS NECESSÁRIOS À MONITORIZAÇÃO E AVALIAÇÃO DO PROGRAMA?

SQA5.1. Os indicadores propostos são relevantes e adequados à medição das realizações, resultados e impactos do Programa?

70. A filosofia da orientação para os resultados e a estrutura definida para os PR neste período de programação, com prioridades estratégicas às quais estão associadas realizações e OE aos quais estão associados resultados, constitui uma linha orientadora para a seleção dos indicadores de realização e resultado incorporados nos PR.
71. A existência de prioridades definidas com ampla abrangência no que se refere à tipologia de ações e/ou tipologia de beneficiários a apoiar, tal como a abrangência dos resultados que se espera alcançar nalguns OE exige que se ponderem diferentes tipos de situações:
- Selecionar indicadores genéricos que cubram a generalidade das realizações ou uma parte importante dos recursos financeiros associados aos OE;
 - Selecionar indicadores mais focalizados, de forma a garantir a cobertura das principais realizações e dos principais resultados esperados;
 - Adotar um compromisso entre as duas situações anteriores, tendo em consideração a simplicidade desejada na seleção do número de indicadores constantes do PO, optando por selecionar um indicador de natureza mais abrangente e outro(s) indicador(es) associado(s) à(s) intervenção(ões) mais relevante(s) para o alcance dos objetivos aludidos.
72. A seleção dos indicadores é orientada pela necessidade de proceder a alguma harmonização entre os diferentes PR que mobilizam as mesmas prioridades, como forma de permitir a agregação de indicadores de acompanhamento do AP e de estratégias nacionais que enquadram as intervenções a financiar pelos Fundos Europeus. Salientando-se a perceção, por parte da equipa de avaliação, dos benefícios associados a esta opção, salienta-se a possibilidade de a limitação do número de indicadores de resultado, em situações específicas, poder comprometer a cobertura de algumas tipologias de intervenção.
73. A análise da relevância e pertinência dos indicadores incluídos no Programa em relação às prioridades temáticas e objetivos específicos é nesta sub-questão efetuada tendo em consideração, por um lado, a adequação de cada um dos indicadores para medir realizações e resultados e, por outro lado, a pertinência dos indicadores de realização para mensurar a maioria das realizações associadas às intervenções apoiadas na prioridade respetiva e a dos indicadores de resultado para mensurar o essencial dos resultados associados ao respetivo objetivo específico.

74. A resposta à adequação e pertinência dos indicadores de realização e resultado do Programa é apresentada no Quadro A3 e no Quadro A4 do anexo 4, contendo a síntese avaliativa respetiva.
75. No que respeita aos indicadores de realização e resultado, na sua génese, estes revelam-se adequados para medir as realizações e resultados relativamente ao objetivo específico em questão. Da análise de pertinência da bateria de indicadores de realização conclui-se que esta é globalmente positiva (tendo em consideração os OE por prioridade - 1-A a 5-A do PR). Neste sentido, conclui-se que a bateria de indicadores selecionados permite medir uma ampla diversidade de realizações e resultados.
76. Como referido na QA1, a valorização dos ODS poderia ser um aspeto a aprofundar na operacionalização do PR. Sem prejuízo da adequação dos indicadores propostos e da pertinência do racional da escolha e mobilização destes, a constituição de um *tableau de bord* para monitorização de um leque mais alargado de indicadores que permitam aferir os resultados e impactos do PR na região, poderá ser um aspeto a considerar. Salientando-se a questão do alinhamento dos resultados e impactos dos PR com as dimensões do Desenvolvimento Sustentável (plasmadas nos ODS), este *tableau de bord* “paralelo” aos indicadores formais definidos em sede de programação, deverá também explorar outras dimensões/temáticas relevantes para o desenvolvimento da região do Algarve, cuja identificação se encontra de forma plenamente satisfatória no texto programático.

SQA5.2. Os indicadores propostos estão claramente definidos? A sua metodologia de apuramento é clara e robusta?

77. Os indicadores de realização e resultado são, na generalidade, claros na sua definição e interpretação normativa, estando corretamente identificadas as respetivas unidades de medida e fontes de dados. Por formulação clara entende-se que a designação do indicador permite compreender as variáveis envolvidas e a forma de cálculo implícita.
78. Na generalidade dos indicadores de realização e resultado a própria designação permite compreender, desde logo, as variáveis envolvidas e a forma de cálculo implícita. Aos indicadores que só pela própria designação não permitem perceber de forma precisa os contornos das variáveis envolvidas, por falta de especificação, foram tidas em consideração as descrições (definição e conceitos) presentes nas Fichas de Indicador FEDER e FSE + do PR Algarve.
79. A resposta quanto à clareza dos indicadores de realização e resultado do Programa é apresentada no Quadro A5 e no Quadro A6 do anexo 4, contendo a síntese avaliativa respetiva.

SQA5.3. Os processos e mecanismos de recolha e tratamento dos indicadores são adequados e atempados, incluindo a adequação da capacidade administrativa, permitindo um sistema de monitorização fiável, robusto e orientado para resultados?

80. A monitorização constitui uma boa prática de governação, desempenhando um papel crucial na responsabilidade da Política de Coesão no que respeita à necessária prestação de contas da aplicação dos Fundos Comunitários. A qualidade e a credibilidade dos sistemas de monitorização encontram-se reforçadas no contexto de uma Política de Coesão mais orientada para os resultados.
81. No que respeita aos indicadores de resultado presentes no Programa, na sua grande maioria (cerca de 29 num total de 43 indicadores de resultado diferentes), advém direta e unicamente do sistema de indicadores do próprio PR (fonte SI PT2030). Estes são provenientes da contratualização efetivada com os beneficiários das operações, pelo que se podem aferir como sendo adequados e fiáveis. A sua capacidade de tratamento deriva da própria entidade, pelo que se assume que por princípio deverão existir condições para o reporte com um desfasamento temporal atempado e adequado.

82. Os indicadores de resultado cuja aferição, por outro lado, dependem exclusivamente de entidades externas ao PR (que não através do sistema indicadores próprio), como é o caso da ISS, I.P. (EESR 01 e EESR 30) e da DGEEC (EESR 10, EESR 17, EESR 27), necessitam de mecanismos de verificação e comunicação que garantam o processo de interoperabilidade e agilização do processo entre entidades.
83. Adicionalmente, quando a aferição de resultados depende do recurso a inquérito, como é o caso do inquérito aos participantes previsto no indicador EECR 06 (Objetivo específico ESO 4.6., Prioridade 4-A, Qualificações, emprego e inclusão) e inquérito aos utentes previsto no indicador EESR13 (Objetivo específico 4.11., Prioridade 4-A, Qualificações, emprego e inclusão), a utilização desta ferramenta deverá ter em consideração que as taxas de resposta são muitas vezes insuficientes face aos níveis de representatividade desejados pelo que terá de se garantir a adequação e fiabilidade de respostas (considerando um correto dimensionamento da amostra face aos critérios de segmentação a considerar), que deverão por sua vez acautelar o reporte e tratamento atempado.

SQA5.4. Estão corretamente identificadas as principais necessidades de avaliação e criadas as condições – sistema de monitorização e capacidade administrativa – para dar resposta adequada e atempada a essas necessidades, nomeadamente quanto ao acesso e qualidade dos dados?

84. Segundo o Regulamento (UE) 2021/1060 de 24 de junho, que estabelece as disposições comuns aplicáveis aos FEEI, determina-se que durante o período de programação devem ser efetuadas avaliações com o objetivo de melhorar a qualidade da elaboração e execução dos programas e de avaliar a sua eficácia, eficiência e impacto.
85. No PR Algarve, a prioridade 7 A. Assistência Técnica, contempla ações que incluem atividades e estudos de monitorização, acompanhamento e avaliação do PR, prevendo-se recursos financeiros para esta intervenção. Até ao final de 2024, o objetivo intermédio para o indicador de realizações “ATESO 02. Estudos e avaliações realizadas” prevê a elaboração de 1 estudo/avaliação neste âmbito (sendo 10 a meta para 2029).
86. Para além de estarem previstas atividades no texto do PR que incluem a monitorização, acompanhamento e avaliação, a equipa de avaliação não dispõem de informação adicional quanto à identificação nas principais necessidades de avaliação, muito por conta de não existir ainda o Plano de Avaliação nem o respetivo calendário para o Portugal 2030.
87. Neste sentido, o planeamento das avaliações a efetuar no decurso do período de programação deverá ter em consideração a necessidade de alocar de forma eficiente os recursos da assistência técnica, recomendando uma concentração de esforços (e recursos) nos domínios privilegiados e naqueles onde se revelam maiores alterações face a anteriores períodos de programação e nas prioridades com maior volume de recursos afetos em termos de programação.
88. O desenvolvimento destas avaliações exige assim um esforço na decisão dos *timings*, um compromisso exigente entre a necessidade de obter informação que possa ser útil do ponto de vista dos ajustamentos a efetuar nos PR e a materialização dos resultados das operações, a qual depende do nível de execução e da natureza das intervenções apoiadas.
89. As avaliações devem ter por base análises contrafactuais e/ou baseadas na teoria da mudança. A aplicação destas metodologias exige o recurso a informação que será fundamental salvaguardar em sede de caderno de encargos dos procedimentos. Neste sentido, existe a necessidade de garantir antecipadamente a disponibilização de informação para efeitos de avaliação, nomeadamente:
 - Garantir nos sistemas de monitorização dos PR a recolha de informação necessária à elaboração de avaliações de impacto, em particular os resultados das operações apoiadas durante e após a

conclusão das operações. Neste sentido, garante-se a aferição de impactos e a robustez das conclusões e recomendações que orientam os ajustamentos a efetuar;

- Assegurar o acesso a informação do Sistema Estatístico Nacional com nível de desagregação adequada para permitir aferir os resultados das intervenções no contexto a que se reportam e no universo dos beneficiários potenciais;
 - Assegurar o acesso a micro dados relativos às entidades e indivíduos. Este acesso pode ser condicionado pela legislação associada à proteção de dados, mas revela-se absolutamente fundamental para melhorar a eficácia das políticas públicas em Portugal;
 - Aprofundar, de forma determinada, a articulação com as entidades que recolhem a informação, no sentido de garantir a disponibilização de informação adequada. Nesta articulação revela-se fundamental a intervenção da ADC enquanto entidade agregadora das necessidades das várias áreas geográficas e de coordenação do plano global de avaliação;
90. Por conseguinte, quanto às condições criadas para dar resposta adequada e atempada a essas necessidades, nomeadamente quanto ao acesso a dados, estas dependem, em grande medida, de satisfazer as condições mencionadas nos pontos anteriores. Para além disso, deverá garantir-se, nos contratos de concessão do financiamento, o compromisso por parte dos promotores de reportarem a informação sobre os indicadores de resultado das operações e de disponibilizarem a informação solicitada no âmbito das atividades de monitorização por parte das AG e de avaliação por parte das equipas responsáveis.

4. PRINCIPAIS CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES DA AVALIAÇÃO

4.1. CONCLUSÕES FINAIS DA AVALIAÇÃO EX ANTE

91. Neste capítulo são sintetizadas as principais conclusões da avaliação, as quais estão organizadas por sub-questão de avaliação.

Quadro 3. Quadro conclusivo da Avaliação Ex ante do PR Algarve 2030

#	Questão/Sub-questão de Avaliação	Síntese Conclusiva
QA1. A estratégia e os objetivos do Programa são relevantes para dar resposta às necessidades diagnosticadas?		
C1	SQA1.1 As necessidades e desafios a que o Programa procura dar resposta estão corretamente diagnosticadas?	O diagnóstico revela-se adequado, cobrindo os domínios de análise considerados relevantes para a fundamentação da estratégia e identifica os principais constrangimentos e desafios da Região. Salienta-se, contudo, a falta de informação relativamente às fontes de informação mobilizadas (em termos quantitativos).
C2	SQA1.2 O Programa é consistente face ao diagnóstico das necessidades e desafios a que visa dar resposta?	De um modo geral, não se identificam incoerências ou contradições entre as opções estratégicas assumidas no exercício programático (Prioridades e Objetivos Específicos) e os conteúdos enquadradores e de diagnóstico apresentados. As necessidades e desafios identificados no diagnóstico foram adequadamente vertidos nos objetivos do Programa, mas as opções estratégicas beneficiariam de maior fundamentação quantitativa.
C3	SQA1.3 O Programa está suficientemente alinhado com os objetivos estratégicos definidos a nível regional, nacional e europeu?	De forma genérica, verifica-se uma preocupação do PR na explicitação do alinhamento das suas Prioridades e Objetivos Específicos com os documentos enquadradores de política pública nas diferentes escalas territoriais (regional, nacional e europeia).
QA2. Os objetivos e as prioridades do Programa garantem a sua coerência interna e externa?		
C4	SQA2.1 Os objetivos de política, as prioridades, os objetivos específicos e o tipo de ações previstas no Programa constituem um conjunto coerente: – Entre si? – Face a outros instrumentos de política pública de âmbito comunitário, nacional ou regional?	De forma genérica, o PR Algarve é ilustrativo de um exercício de elevada coerência interna, mostrando-se os Objetivos Específicos definidos adequados para o cumprimento dos Prioridades e cobrindo a maioria das áreas de resultado associadas às Prioridades, concorrendo para a sua observância. Não se observaram assimetrias de articulação/coertura, concluindo-se da adequação e homogeneidade da cobertura de todas as Prioridades.
QA3. A Teoria da Programação do Programa é credível e explícita a forma como se espera que o Programa contribua para os resultados e impactos previstos?		
C5	SQA3.1 O Programa assenta numa lógica de intervenção clara e bem articulada, quer ao nível da estratégia do Programa quer ao nível das respetivas prioridades (e objetivos específicos), explicitando como se considera que as intervenções e as realizações esperadas contribuam para os resultados e impactos previstos?	Não tendo sido disponibilizada à equipa de avaliação, sob a forma documental, uma Teoria da Programação (TdP), esta estruturou as linhas para uma TdP do PR (que beneficiou de contributos e análise crítica da AG) que deverá ser encarada como um contributo para futuros exercícios de monitorização e avaliação. A relevância das teorias da programação (e avaliação) como ponto prévio à realização de avaliações tem sido salientada em exercícios

#	Questão/Sub-questão de Avaliação	Síntese Conclusiva
C6	SQA3.2 A Teoria da programação do Programa é credível (baseada em evidência), sendo robustos os elos de ligação causal entre as realizações do Programa e os resultados esperados e como estes contribuem para os impactos esperados?	avaliativos dos quadros comunitários anteriores e continua a sê-lo no presente. A validação e divulgação da TdP subjacente ao PR, revela-se de extrema relevância uma vez que todos os trabalhos de acompanhamento, avaliação e monitorização do Programa beneficiarão da existência de uma TdP, conferindo-lhes maior foco e entendimento da cadeia de transformações e propósito do Programa, bem como dos riscos que lhe são inerentes.
QA4. A alocação dos recursos financeiros, humanos e organizacionais do Programa é a mais adequada?		
C7	SQA4.1 Os recursos alocados ao Programa são coerentes com as prioridades/eixos selecionadas pelo Programa, assegurando uma adequada concentração de recursos nas prioridades mais relevantes, tendo em consideração os desafios e necessidades identificadas?	A repartição dos recursos financeiros tende a afigurar-se coerente com as prioridades e os objetivos estabelecidos pelo Programa.
C8	SQA4.2 A(s) forma(s) de apoio proposta(s) para a alocação dos recursos (ajudas reembolsáveis, não reembolsáveis, instrumentos financeiros, etc.) são adequadas face às prioridades/eixos e objetivos específicos definidos, à luz dos princípios da racionalidade económica, da sustentabilidade e da mais-valia da política pública?	A subvenção não reembolsável é a forma de financiamento privilegiada, representando mais de 98,5% do apoio financeiro, sendo o recurso a instrumentos financeiros limitado (cerca 1,5%). Sem prejuízo do potencial de reutilização de fundos associado aos IF, a opção pela primazia dada à modalidade de subvenção revela-se, prudente e ajustada tendo em conta a orientação e o contexto de implementação do Programa. Contudo, o cenário de subida das taxas de juro que se verifica atualmente pode dotar os IF de uma importância significativa no período de implementação do PR.
C9	SQA4.3 Os recursos organizacionais e humanos alocados ao programa são os adequados para garantir o cumprimento dos seus objetivos?	Num contexto em que a dotação financeira alocada ao PR Algarve 2021-2027 mais do que duplicou face ao período de programação anterior, o montante afeto à Prioridade Assistência Técnica não variou na mesma proporção, o que pode indiciar que o constrangimento associado às carências de recursos humanos se pode agravar neste quadro comunitário.
QA5. Estão garantidos os elementos necessários à monitorização e avaliação do Programa?		
C10	SQA5.1 Os indicadores propostos são relevantes e adequados à medição das realizações, resultados e impactos esperados do Programa?	A bateria de indicadores do PR apresenta uma elevada cobertura das realizações e resultados associados às prioridades estratégicas OE. Globalmente, os indicadores de realização e resultado são relevantes. A seleção dos indicadores é orientada pela necessidade de proceder a alguma harmonização entre os diferentes PR que mobilizam as mesmas prioridades, o que pode comprometer a cobertura das diferentes tipologias de intervenção.
C11	SQA5.2 Os indicadores propostos estão claramente definidos? A sua metodologia de apuramento é clara e robusta?	Os indicadores apresentam, em geral, uma designação clara e tendem a proporcionar uma interpretação robusta. As unidades de medida e as fontes de informação encontram-se devidamente indicadas.

#	Questão/Sub-questão de Avaliação	Síntese Conclusiva
C12	SQA5.3 Os processos e mecanismos de recolha e tratamento dos indicadores são adequados e atempados, incluindo a adequação da capacidade administrativa, permitindo um sistema de monitorização fiável, robusto e orientado para resultados?	O processo e mecanismos de recolha e tratamento dos indicadores revela-se adequado e atempado, e com orientação para os resultados, tendo em consideração as recomendações das diversas avaliações realizadas sobre esta matéria.
C13	SQA5.4 Estão corretamente identificadas as principais necessidades de avaliação e criadas as condições - sistema de monitorização e capacidade administrativa – para dar resposta adequada e atempada a essas necessidades, nomeadamente quanto ao acesso e qualidade dos dados?.	O planeamento das avaliações a efetuar no decurso do período de programação deverá ter em consideração a necessidade de alocar de forma eficiente os recursos da assistência técnica, recomendando uma concentração de esforços (e recursos) nos domínios privilegiados e naqueles onde se revelam maiores alterações face a anteriores períodos de programação e nas prioridades com maior volume de recursos afetos em termos de programação

4.2. RECOMENDAÇÕES DA AVALIAÇÃO EX ANTE

92. No presente capítulo apresentam-se as recomendações que estão organizadas por domínio de avaliação e por finalidade, sendo para cada uma delas identificadas as Prioridades Temáticas sobre as quais incide e a Secção do PR Algarve em que se propõe que sejam efetuados os ajustamentos propostos.

Quadro 4. Síntese de recomendações

#	Recomendação	Articulação com conclusão
QA1. A estratégia e os objetivos do Programa são relevantes para dar resposta às necessidades diagnosticadas?		
R1	As lacunas patentes no texto de programação do PR em termos de informação quantitativa (motivadas pela rigidez da estrutura destes documentos) poderá ser contornada na operacionalização do PR pela construção de um <i>tableau de bord</i> que possa dar suporte ao diagnóstico.	C1
QA2. Os objetivos e as prioridades do Programa garantem a sua coerência interna e externa?		
R2	A valorização crescente das dimensões da sustentabilidade na conceção de políticas públicas poderia ser valorizada no PR através da adoção e apropriação dos ODS das Nações Unidas e da ligação dos Prioridades e Objetivos Específicos do PR aos ODS (programação) e da monitorização do seu (PR) contributo para o alcance dos objetivos e metas dos ODS.	C2
R3	Dado o nível de incerteza (macroeconómica, geopolítica, eleitoral) que marca o período de operacionalização do PR, este deve procurar garantir, simultaneamente, a necessária estabilidade para a sua plena implementação (ao nível das prioridades nacionais e regionais, tal como explicitado nos riscos da TdP) mas também a agilidade e plasticidade que lhe permita a rápida adaptação a alterações de contexto.	C2
QA3. A Teoria da Programação do Programa é credível e explícita a forma como se espera que o Programa contribua para os resultados e impactos previstos?		
R4	Estruturar, de forma simultânea à programação e prévia aos exercícios de avaliação <i>ex ante</i> , a estrutura da Teoria da Programação subjacente ao PR. A TdP deverá ser avaliada em sede de avaliação intercalar do PR Algarve beneficiando, porventura, de um processo de auscultação com os <i>stakeholders</i> orientado para a recolha de contributos que permitam confirmar que as atividades e realizações se estão a desenrolar da melhor forma para produzir os efeitos esperados	C5; C6
QA4. A alocação dos recursos financeiros, humanos e organizacionais do Programa é a mais adequada?		
R5	Estimular a adesão a IF por parte das empresas e dos intermediários financeiros, através: - Da promoção de uma maior participação de <i>Business Angels</i> (BA) e de mais sociedades veículo de Capital de Risco (CR) em articulação com o Banco Português de Fomento e as entidades regionais de suporte à atividade empresarial e ao empreendedorismo; - Promover ações de informação e esclarecimento, bem como de divulgação de casos de sucesso noutras geografias, como forma de demonstrar as vantagens destes instrumentos aos potenciais beneficiários;	C8

#	Recomendação	Articulação com conclusão
	Identificar fatores de constrangimento à adesão dos intermediários financeiros (para instrumentos de dívida e de capital) e delinear estratégia de envolvimento, eventualmente envolvendo também intermediários de outras geografias.	
R6	Os recursos humanos e organizacionais, tradicionalmente mais focados no momento entre a pré admissibilidade e pós aprovação das operações, deixam à margem o período (fase) da pré admissibilidade e a fase pós aprovação, nomeadamente no que se refere ao apoio aos beneficiários que permite atingir os resultados previstos inerentes às suas operações. A não valorização desta fase poder aportar algumas implicações, uma vez que podem não estar garantidos, em termos quantitativos, os recursos necessários para se assegurar o devido acompanhamento. Assumindo este pressuposto salienta-se a necessidade de valorizar alocação e capacitar os recursos organizacionais e humanos necessários, orientando-os para os resultados, sem os quais estes serão de difícil alcance, sobretudo quando se passa de áreas de intervenção físicas para áreas de intervenção imateriais.	C8; C9
R7	Garantir que as modalidades de apoio são adequadas ao contexto de atuação do Programa e são suficientes para produzir os efeitos esperados (sendo que alterações no contexto económico poderão conduzir a uma reavaliação do <i>policy mix</i> e das formas de apoio mobilizadas)	C8
QA5. Estão garantidos os elementos necessários à monitorização e avaliação do Programa?		
R8	A monitorização do Programa deverá voltar-se para uma tónica sobre os resultados e não apenas para a execução do programa, nesse sentido sugere-se a estabilização de um leque de indicadores mais alargado (um <i>tableau de bord</i> “paralelo” à bateria de indicadores oficiais do PR) para monitorizar os contributos do PR para a região.	C10
Recomendações transversais		
R9	Garantir que são mobilizados os meios e os canais de comunicação que maximizem a captação da procura potencial e promover a necessária simplificação da apresentação dos apoios e do seu quadro regulamentar e operacional que garanta o seu conhecimento por parte da procura potencial, mas que simultaneamente não a desmobilize por excesso de complexidade.	transversal
R10	A AG deve, tanto quanto possível, disponibilizar o calendário de abertura de AAC, e garantir a sua regularidade, garantindo assim que a procura mobilizada concorre aos apoios do PR Algarve 2030 de forma planeada e menorizando as ineficiências na análise de candidaturas pouco planeadas.	transversal

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS E ELETRÓNICAS

Informação relativa ao Portugal 2030:

- Resolução do Conselho de Ministros n.º 98/2020, de 13 de novembro, que estabelece os princípios orientadores e a estrutura operacional do período de programação de fundos europeus da política de coesão relativo a 2021 -2027;
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 97/2020, de 13 de novembro, que aprova a Estratégia Portugal 2030;
- Acordo de Parceria Portugal 2030;
- Estratégia de Desenvolvimento Regional Algarve 2030;
- Estratégia Regional de Especialização Inteligente Algarve 2.0;
- Programa Regional do Algarve;
- Plano de Recuperação e Resiliência.

Regulamentos Gerais e dos Fundos da União Europeia:

- Common Provisions Regulation;
- Common Provisions Regulation – Annexes;
- European Regional Development Fund and Cohesion Fund (ERDF/CF) Regulation;
- European Social Fund Plus (ESF+) Regulation.

Documentos de orientação e referenciais sobre avaliação:

- Agência para o Desenvolvimento e Coesão e Rede de Monitorização e Avaliação do Portugal 2020 (2015);
- Plano Global de Avaliação Portugal 2020;
- Agência para o Desenvolvimento e Coesão e Rede de Monitorização e Avaliação do Portugal 2020 (2015);
- Plano Global de Avaliação Portugal 2020 – Orientações para o planeamento e preparação das avaliações;
- Comissão Europeia, Direção-Geral da Política Regional e Urbana, Direção-Geral do Emprego, Assuntos Sociais e Inclusão (2014), Monitoring and Evaluation of European Cohesion Policy. Guidance document on ex-ante evaluation – European Regional Development Fund. European Social Fund. Cohesion Fund;
- Comissão Europeia (2013), EVALSED: The resource for the evaluation of Socio-Economic Development;
- Comissão Europeia, Direção-Geral da Política Regional e Urbana (2013), EVALSED Sourcebook: Method and Technics;
- Funnell, S.C. and Rogers, P. J. (2011) Purposeful program theory: effective use of theories of change and logic models. San Francisco: Jossey-Bass/Wiley
- DHILLON, Lovely; VACA, Sara. Refining Theories of Change. Journal of MultiDisciplinary Evaluation, [S.l.], v. 14, n. 30, p. 64-87, apr. 2018. ISSN

- Agência para o Desenvolvimento e Coesão - Recursos e Ligações Úteis sobre Avaliação
- OCDE, Aplicação da Avaliação Ambiental Estratégica Guia de Boas Práticas na Cooperação para o Desenvolvimento

Outros documentos:

- Relatório Final da Avaliação *ex ante* do Programa Operacional Regional do Algarve, 2014
- Declaração Ambiental - Avaliação Ambiental Estratégica do Programa Operacional Regional do Algarve 2021-2027, 2022

6. ANEXOS

ANEXO 1. MATRIZ DAS TÉCNICAS DE RECOLHA DE INFORMAÇÃO

Tabela A 1. Matriz de técnicas de recolha de informação da avaliação *ex ante*

Recolha documental e de dados				
Principais objetivos	Fontes bibliográficas e documentais	Formas de aplicação/dinamização	Técnicas de tratamento e análise de informação	Principais outputs
Os objetivos da recolha de informação documental são aprofundar o conhecimento sobre o objeto de avaliação e sobre metodologias de avaliação aplicáveis no âmbito da temática em análise, seja em termos teóricos, seja em termos da sua aplicação efetiva noutros estudos de avaliação nacionais e internacionais. Na componente de dados, pretende-se recolher informação sobre os indicadores que compõem o sistema de monitorização de forma a construir a base para a resposta às sub-questões dirigidas a avaliar a sua qualidade.	Várias versões do Programa Operacional Regional do Algarve; Estudos de suporte ao Diagnóstico, e outros estudos e relatórios com planos e programas que enquadram as políticas públicas relevantes (incluindo Estratégia Portugal 2030, Acordo de Parceria, Estratégia Regional de 2030, Estratégia Regional de Especialização Inteligente de 2021-2027 ; Documentos legislativos e estratégicos produzidos pela CE e pela ADC; Avaliações respeitantes ao período 2014-2020.	Trabalho de <i>backoffice</i> que consiste na identificação, seleção e recolha dos documentos mais relevantes para o processo de avaliação. Análise das fontes documentais recolhidas, procurando filtrar, sintetizar e sistematizar a informação mais relevante nelas contida.	Análise de conteúdo	Lista de documentos consultados, sínteses de alguns documentos relevantes (a disponibilizar ao Grupo de Acompanhamento).
Reuniões de trabalho				
Principais objetivos	Interlocutores a envolver	Formas de aplicação/dinamização	Técnicas de tratamento e análise de informação	Principais outputs
Obter informação qualitativa para alimentar o processo avaliativo. Obter contributos para melhorar/focalizar o conteúdo e a operacionalização da avaliação. Obter informação para a sistematização das lições adquiridas. Obter informação qualitativa de suporte à análise do valor acrescentado dos instrumentos mobilizados.	Entidade responsável pelo PR (gestor e estrutura técnica); Entidades envolvidas na programação.	Reuniões segundo um modelo semiestruturado, mas suficiente aberto e flexível à incorporação de outras questões consideradas relevantes.	Análise de conteúdo. Construção de matrizes/síntese.	Notas das reuniões (a serem incorporadas devidamente no documento final).

ANEXO 2. LISTA DE ENTIDADES AUSCULTADAS

Como referido no capítulo 2.2. Metodologia de avaliação, foram mobilizados para esta avaliação os contributos recebidos no âmbito do processo de participação desenvolvido a propósito da avaliação ambiental estratégica. Nesta, considerou-se que deveriam ser envolvidas no acompanhamento do programa, enquanto entidades com responsabilidades ambientais específicas, um total de 63 ERAE de vários setores e escalas de intervenção relevantes para o PR Algarve, nomeadamente:

- ADENE – Agência para a Energia;
- Administração Regional de Saúde do Algarve (ARS Algarve);
- Agência de Desenvolvimento do Barlavento;
- Agência Nacional para a Qualificação e o Ensino Profissional (ANQEP);
- Agência Portuguesa do Ambiente (APA);
- Agência Regional de Energia e Ambiente do Algarve (AREAL);
- Águas do Algarve, SA;
- Algarve Biomedical Center Research Institute (ABC-RI);
- Algar, S.A.;
- Almargem - Associação de Defesa do Património Cultural e Ambiental do Algarve;
- Alto Comissariado para as Migrações (ACM);
- AMAL - Comunidade Intermunicipal do Algarve;
- Associação de Produtores Florestais da Serra do Caldeirão;
- Associação dos Hotéis e Empreendimentos Turísticos do Algarve (AHETA);
- Associação dos Industriais Hoteleiros e Similares do Algarve (AIHSA);
- Associação dos Produtores Florestais do Barlavento Algarvio (ASPAFLOBAL);
- Associação InLoco;
- Associação Portuguesa de Aquacultores;
- Associação Terras do Baixo Guadiana (ATBG);
- Autoridade Nacional de Proteção Civil (ANPC);
- Câmara Municipal de Albufeira;
- Câmara Municipal de Alcoutim;
- Câmara Municipal de Aljezur;
- Câmara Municipal de Castro Marim;
- Câmara Municipal de Faro;
- Câmara Municipal de Lagoa;
- Câmara Municipal de Lagos;
- Câmara Municipal de Loulé;
- Câmara Municipal de Monchique;
- Câmara Municipal de Olhão;
- Câmara Municipal de Portimão;

- Câmara Municipal de São Brás de Alportel;
- Câmara Municipal de Silves;
- Câmara Municipal de Tavira;
- Câmara Municipal de Vila do Bispo;
- Câmara Municipal de Vila Real de Santo António;
- Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve (CCDR Algarve);
- Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo (CCDR Alentejo);
- Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género (CIG);
- Direção Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural (DGADR);
- Direção-Geral do Património Cultural (DGPC);
- Direção Geral do Território (DGT);
- Direção Regional de Agricultura e Pescas do Algarve;
- Direção Regional do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF);
- Direção-Geral de Energia e Geologia (DGEG);
- Direção-Geral de Ensino Superior (DGES);
- Direção-Geral de Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos (DGRM)
- Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares (DGEstE) – Direção de Serviços da Região do Algarve;
- IAPMEI, IP - Agência para a Competitividade e Inovação;
- Infraestruturas de Portugal (IP);
- Instituto da Mobilidade e dos Transportes (IMT) - Direção Regional de Mobilidade e Transportes do Algarve;
- Instituto de Segurança Social, IP (ISS);
- Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP) – Delegação Regional do Algarve;
- Instituto Português do Mar e da Atmosfera (IPMA);
- Liga de proteção da Natureza (LPN);
- Minha Terra- Federação Portuguesa de Associações de Desenvolvimento Local;
- NERA – Associação Empresarial da Região do Algarve;
- Plataforma Portuguesa das Organizações Não-Governamentais para o Desenvolvimento (ONGD);
- Quercus- Associação Nacional de Conservação da Natureza;
- Turismo de Portugal (TdP);
- Universidade do Algarve (UAlg);
- Vicentina - Associação para o Desenvolvimento do Sudoeste;
- ZERO – Associação Sistema Terrestre Sustentável.

ANEXO 3. MATRIZES DE SUPORTE ÀS SQ5.1. E SQ5.2.

Quadro A 1. Matriz de suporte à SQ 5.1. Análise da adequação e pertinência dos indicadores de realização

Prioridade	Objetivos específicos	Identificador / Código	Indicador	Unidade de medida	Adequação	Pertinência	Síntese avaliativa
1-A. Inovação e Competitividade	1.1 - Desenvolver e reforçar as capacidades de investigação e inovação e a adoção de tecnologias avançadas	RCO 01	Empresas apoiadas (nomeadamente: micro, pequenas, médias e grandes)	Empresas	Adequado	Totalmente pertinente	Globalmente os indicadores são adequados e com elevados níveis de pertinência no âmbito da Prioridade do PO e respetivos objetivos específicos.
		RCO 02	Empresas apoiadas através de subvenções	Empresas	Adequado	Totalmente pertinente	
		RCO 05	Novas empresas apoiadas	Empresas	Adequado	Totalmente pertinente	
		RCO 06	Investigadores que trabalham em instalações de investigação apoiadas	ETI anuais	Adequado	Totalmente pertinente	
		RCO 07	Organizações de investigação que participam em projetos de investigação conjunta	Organismos de investigação	Adequado	Totalmente pertinente	
	1.2 - Aproveitar as vantagens da digitalização para os cidadãos, as empresas, os organismos de investigação e as autoridades públicas	RCO 14	Instituições públicas apoiadas para desenvolvimento de serviços, produtos e processos digitais	Instituições públicas	Adequado	Totalmente pertinente	
	1.3 - Reforçar o crescimento sustentável e a competitividade das PME, bem como a criação de emprego nas PME, inclusive através de investimentos produtivos	RCO 01	Empresas apoiadas (nomeadamente: micro, pequenas, médias e grandes)	Empresas	Adequado	Totalmente pertinente	
		RCO 02	Empresas apoiadas através de subvenções	Empresas	Adequado	Totalmente pertinente	
		RCO 03	Empresas apoiadas através de instrumentos financeiros	Empresas	Adequado	Totalmente pertinente	
		RCO 103	Empresas de elevado crescimento apoiadas	Empresas	Adequado	Totalmente pertinente	
	1.4 - Desenvolver competências para a especialização inteligente, a transição industrial e o empreendedorismo	RCO16	Participação de intervenientes institucionais no processo de descoberta empreendedora	Participações de partes interessadas institucionais	Adequado	Totalmente pertinente	
1-B. Conectividade Digital	1.5 - Reforçar a conectividade digital	RCO 41	Acréscimo de habitações com acesso a banda larga de capacidade muito elevada	Habitações	Adequado	Muito pertinente	Indicador adequado, que cobre parcialmente os resultados associados a este objetivo específico.
2-A. Sustentabilidade e Biodiversidade	2.1 - Promover a eficiência energética e reduzir as emissões de gases com efeito de estufa	RCO 01	Empresas apoiadas (nomeadamente: micro, pequenas, médias e grandes)	Empresas	Adequado	Totalmente pertinente	Globalmente os indicadores são adequados e com elevados níveis de pertinência no âmbito da Prioridade do PO e respetivos objetivos específicos.
		RCO 02	Empresas apoiadas através de subvenções	Empresas	Adequado	Totalmente pertinente	
		RCO 03	Empresas apoiadas através de instrumentos financeiros	Empresas	Adequado	Totalmente pertinente	
		RCO 19	Edifícios públicos com desempenho energético melhorado	Metros quadrados	Adequado	Totalmente pertinente	
	2.2 - Promover as energias renováveis, em conformidade com a Diretiva (UE) 2018/2001, incluindo os critérios de sustentabilidade nela estabelecidos	RCO 22	Capacidade de produção adicional de energias renováveis (nomeadamente, elétrica, térmica)	MW	Adequado	Totalmente pertinente	
		RCO 97	Com unidades de energia renovável apoiadas	Comunidades de energia renovável	Adequado	Totalmente pertinente	
	2.4 - Promover a adaptação às alterações climáticas, a prevenção dos riscos de catástrofe e a resiliência, tendo em conta abordagens baseadas em ecossistemas	RCO 24	Investimentos em sistemas, novos ou melhorados, de monitorização, preparação, alerta e resposta em caso de catástrofes naturais	€	Adequado	Totalmente pertinente	
		RCO 25	Proteções, recentemente construídas ou consolidadas, contra inundações em faixas costeiras e margens fluviais e lacustres	Km	Adequado	Totalmente pertinente	
		RCO 28	Área abrangida por medidas de proteção contra incêndios florestais	Hectares	Adequado	Totalmente pertinente	
	2.5 - Promover o acesso à água e a gestão sustentável da água	RCO 30	Comprimento das condutas, novas ou melhoradas, dos sistemas de distribuição da rede pública de abastecimento de água	Km	Adequado	Totalmente pertinente	
		RCO 31	Comprimento das condutas, novas ou melhoradas, da rede pública de recolha de águas residuais	Km	Adequado	Totalmente pertinente	
		RCO 32	Capacidade, nova ou melhorada, de tratamento de águas residuais	Equivalente população	Adequado	Totalmente pertinente	

	2.6 - Promover a transição para uma economia circular e eficiente na utilização dos recursos	RCO 01	Empresas apoiadas (nomeadamente: micro, pequenas, médias e grandes)	Empresas	Adequado	Totalmente pertinente	
		RCO 02	Empresas apoiadas através de subvenções	Empresas	Adequado	Totalmente pertinente	
		RCO 34	Capacidade adicional de reciclagem de resíduos	ton/ano	Adequado	Totalmente pertinente	
		RCO 107	Investimentos em instalações de recolha seletiva de resíduos	€	Adequado	Totalmente pertinente	
	2.7 - Reforçar a proteção e preservação da natureza, a biodiversidade e as infraestruturas verdes, inclusive nas zonas urbanas, e reduzir todas as formas de poluição	RCO 36	Infraestruturas verdes apoiadas para outros fins que não a adaptação às alterações climáticas	Hectares	Adequado	Totalmente pertinente	
		RCO 37	Superfície dos sítios Natura 2000 abrangidos por medidas de proteção e restauração	Hectares	Adequado	Totalmente pertinente	
		RCO 38	Área de terreno reabilitado apoiada	Hectares	Adequado	Totalmente pertinente	
		RCO 59	Infraestruturas para combustíveis alternativos (pontos de abastecimento/carregamento)	Pontos de abastecimento/carregamento	Adequado	Totalmente pertinente	
		RCO 55	Extensão das novas linhas de elétrico e de metropolitano	Km	Adequado	Totalmente pertinente	
2-B. Mobilidade e Descarbonização	2.8 - Promover a mobilidade urbana multimodal sustentável, como parte da transição para uma economia com zero emissões líquidas de carbono	RCO 58	Infraestruturas dedicadas ao ciclismo apoiadas	Km	Adequado	Totalmente pertinente	Globalmente os indicadores são adequados e com elevados níveis de pertinência do âmbito da Prioridade do PO e respetivos objetivos específicos.
4-A. Qualificações, Emprego e Inclusão	RSO4.2. Melhorar o acesso equitativo a serviços inclusivos e de qualidade na educação, na formação e na aprendizagem ao longo da vida através do desenvolvimento de infraestruturas acessíveis, nomeadamente através da promoção da resiliência no que diz respeito à educação e formação à distância e em linha (FEDER)	RCO 67	Capacidade das salas de aula, novas ou melhoradas, das instalações de ensino	Pessoas	Adequado	Totalmente pertinente	Globalmente os indicadores são adequados e com elevados níveis de pertinência do âmbito da Prioridade do PO e respetivos objetivos específicos.
	RSO4.5. Garantir a igualdade de acesso aos cuidados de saúde, fomentar a resiliência dos sistemas de saúde, inclusive dos cuidados de saúde primários, e promover a transição dos cuidados institucionais para os cuidados centrados na família e de proximidade (FEDER)	RCO 69	Capacidade das instalações, novas ou modernizadas, de cuidados de saúde	Pessoas/ano	Adequado	Totalmente pertinente	
	RSO4.6 - Reforçar o papel da cultura e do turismo sustentável no desenvolvimento económico, na inclusão social e na inovação social (FEDER)	RCO 77	Número de sítios culturais e turísticos apoiados	Locais de interesse cultural e turístico	Adequado	Totalmente pertinente	
	ESO 4.1.- Melhorar o acesso ao emprego e a medidas de ativação de todos os candidatos a emprego, em especial os jovens, sobretudo através da implementação da Garantia para a Juventude, dos desempregados de longa duração e grupos desfavorecidos no mercado de trabalho, e das pessoas inativas, bem como promover o emprego por conta própria e a economia social; (FSE+)	EECO07	Jovens entre os 18 e os 29 anos	Pessoas	Adequado	Totalmente pertinente	
	ESO4.4. Promover a adaptação dos trabalhadores, das empresas e dos empresários à mudança, o envelhecimento ativo e saudável e um ambiente de trabalho saudável e bem adaptado capaz de prevenir riscos para a saúde; (FSE+)	EECO05	Pessoas com emprego, incluindo trabalhadores por conta própria	Pessoas	Adequado	Totalmente pertinente	
		EECO11	Pessoas com um diploma do ensino superior	Pessoas	Adequado	Totalmente pertinente	
	ESO4.6. Promover a igualdade de acesso e a conclusão, em especial por parte dos grupos desfavorecidos, de um percurso de educação e formação inclusivo e de qualidade, desde a educação e acolhimento na primeira infância até ao ensino superior, passando pelo ensino e formação gerais e vocacionais, bem como a educação e aprendizagem de adultos, facilitando, nomeadamente, a mobilidade para fins de aprendizagem para todos e a acessibilidade para as pessoas com deficiência; (FSE+)	EECO10	Pessoas que completaram o ensino secundário ou estudos pós-secundários	Pessoas	Adequado	Totalmente pertinente	

	ESO4.7. Promover a aprendizagem ao longo da vida, em especial através de oportunidades flexíveis de melhoria de competências e de requalificação para todos, tendo em conta as competências nos domínios do empreendedorismo e do digital, antecipar melhor a mudança e as novas exigências em matéria de competências com base nas necessidades do mercado de trabalho, facilitar as transições de carreira e fomentar a mobilidade profissional; (FSE+)	EEO010	Pessoas que completaram o ensino secundário ou estudos pós-secundários	Pessoas	Adequado	Totalmente pertinente	
		EEO003	Participações em unidades de formação de curta duração ou unidades de competência	Nº	Adequado	Totalmente pertinente	
		EEO004	Participantes apoiados nos Centros Qualifica	Pessoas	Adequado	Totalmente pertinente	
	ESO4.8. Favorecer a inclusão ativa, com vista a promover a igualdade de oportunidades, a não discriminação e a participação ativa, e melhorar a empregabilidade, em particular dos grupos desfavorecidos; (FSE+)	EEO016	Pessoas sem abrigo ou afetadas pela exclusão habitacional	Pessoas	Adequado	Totalmente pertinente	
		EEO011	Projetos de inovação e experimentação social apoiados	Nº	Adequado	Totalmente pertinente	
		EEO022	Participantes apoiados em formação de base qualificante	Pessoas	Adequado	Totalmente pertinente	
	ESO4.11. Reforçar a igualdade de acesso em tempo útil a serviços de qualidade, sustentáveis e a preços comportáveis, incluindo serviços que promovam o acesso a habitação e a cuidados centrados na pessoa, incluindo cuidados de saúde; Modernizar os sistemas de proteção social, inclusive promovendo o acesso à proteção social, com especial ênfase nas crianças e nos grupos desfavorecidos; Melhorar a acessibilidade, inclusive para as pessoas com deficiência, a eficácia e a resiliência dos sistemas de saúde e dos serviços de cuidados continuados (FSE+)	EEO004	Inativos	Pessoas	Adequado	Totalmente pertinente	
		EEO009	Projetos de diversificação e aumento da qualidade das respostas sociais apoiados	Nº	Adequado	Totalmente pertinente	
		EEO010	Atendimentos especializados a pessoas migrantes	Nº	Adequado	Totalmente pertinente	
		EEO007	Agrupamentos escolares ou escolas não agrupadas abrangidos por intervenções para a promoção do sucesso educativo	Entidades	Adequado	Totalmente pertinente	
		EEO030	Crianças e alunos abrangidos pelos Planos Integrados e Inovadores de Combate ao Insucesso Escolar	Nº	Adequado	Totalmente pertinente	
		EEO012	Agrupamentos escolares ou escolas não agrupadas abrangidas por intervenções com vista à redução do abandono escolar e à melhoria do sucesso educativo (TEIP)	Entidades	Adequado	Totalmente pertinente	
		EEO029	Crianças e alunos dos agrupamentos e escolas não agrupadas abrangidos em Territórios Educativos de Intervenção Prioritária	Nº	Adequado	Totalmente pertinente	
	5-A. Coesão Social e Territorial	RCO 74	População abrangida por projetos no âmbito de estratégias de desenvolvimento territorial integrado	Pessoas	Adequado	Totalmente pertinente	
		RCO 75	Estratégias de desenvolvimento territorial integrado apoiadas	Contribuições para estratégias	Adequado	Totalmente pertinente	
		RCO 74	População abrangida por projetos no âmbito de estratégias de desenvolvimento territorial integrado	Pessoas	Adequado	Totalmente pertinente	
		RCO 75	Estratégias de desenvolvimento territorial integrado apoiadas	Contribuições para estratégias	Adequado	Totalmente pertinente	

Escala pertinência Realização

Totalmente Pertinente	O indicador cobre o essencial das realizações associadas a este objetivo específico
Muito Pertinente	O indicador cobre parcialmente as realizações associadas a este objetivo específico
Pouco Pertinente	O indicador cobre muito parcialmente as realizações associadas a este objetivo específico
Sem Pertinência	O indicador não está ajustado às realizações associadas a este objetivo específico

Escala adequação

Adequado	Indicador adequado para medir a realização do objetivo específico
Não adequado	Indicador normalmente utilizado para medir resultados

Quadro A 2. Matriz de suporte à SQ 5.1. Análise da adequação e pertinência dos indicadores de resultado

Prioridade	Objetivos específicos	Identificador / Código	Indicador	Unidade de medida	Adequação	Pertinência	Síntese avaliativa
1-A. Inovação e Competitividade	1.1 - Desenvolver e reforçar as capacidades de investigação e inovação e a adoção de tecnologias avançadas	RCR 02	Investimentos privados combinados com apoio público (nomeadamente: subvenções, instrumentos financeiros)	Euros	Adequado	Totalmente Pertinente	Globalmente os indicadores são adequados e a existência de vários indicadores garante um sistema de indicadores com elevados níveis de pertinência do âmbito do PO.
		RCR 03	Pequenas e médias empresas (PME) introdutoras de inovação de produtos ou de processos	Empresas	Adequado	Totalmente Pertinente	
		RCR 102	Empregos de investigação criados nas entidades apoiadas	ETI anuais	Adequado	Totalmente Pertinente	
	1.2 - Aproveitar as vantagens da digitalização para os cidadãos, as empresas, os organismos de investigação e as autoridades públicas	RCR 11	Utilizadores de serviços, produtos e processos digitais públicos novos e melhorados	Utilizadores/ano	Adequado	Totalmente Pertinente	
	1.3 - Reforçar o crescimento sustentável e a competitividade das PME, bem como a criação de emprego nas PME, inclusive através de investimentos produtivos	RCR 01	Postos de trabalho criados em entidades apoiadas	ETI anuais	Adequado	Totalmente Pertinente	
		RCR 03	Pequenas e médias empresas (PME) introdutoras de inovação de produtos ou de processos	Empresas	Adequado	Totalmente Pertinente	
		RCR 19	Empresas com maior volume de negócios	Empresas	Adequado	Totalmente Pertinente	
		RCR 25	PME com maior valor acrescentado por trabalhador	Empresas	Adequado	Totalmente Pertinente	
	1.4 - Desenvolver competências para a especialização inteligente, a transição industrial e o empreendedorismo	RSR 03	Instituições envolvidas no processo de descoberta empreendedora	N.º	Adequado	Muito pertinente	
1-B. Conectividade Digital	1.5 - Reforçar a conectividade digital	RCR 53	Habitações com assinaturas de banda larga em redes de capacidade muito elevada	Habitações	Adequado	Muito pertinente	Indicador adequado, que cobre parcialmente os resultados associados a este objetivo específico.
2-A. Sustentabilidade e Biodiversidade	2.1 - Promover a eficiência energética e reduzir as emissões de gases com efeito de estufa	RCR 26	Consumo anual de energia primária (nomeadamente: habitações, edifícios públicos, empresas, outros)	MWh/ ano	Adequado	Muito pertinente	Globalmente os indicadores são adequados e a existência de vários indicadores garante um sistema de indicadores com elevados níveis de pertinência do âmbito do PO.
	2.2 - Promover as energias renováveis, em conformidade com a Diretiva (UE) 2018/2001, incluindo os critérios de sustentabilidade nela estabelecidos	RCR 31	Total da energia renovável produzida (nomeadamente: elétrica, térmica)	MWh/ano	Adequado	Totalmente Pertinente	
	2.4 - Promover a adaptação às alterações climáticas, a prevenção dos riscos de catástrofe e a resiliência, tendo em conta abordagens baseadas em ecossistemas	RCR 35	População que beneficia de medidas de proteção contra inundações	Pessoas	Adequado	Totalmente Pertinente	
		RCR 36	População que beneficia de medidas de proteção contra incêndios florestais	Pessoas	Adequado	Totalmente Pertinente	
	2.5 - Promover o acesso à água e a gestão sustentável da água	RCR 41	População ligada a instalações melhoradas da rede pública de abastecimento de água	Pessoas	Adequado	Totalmente Pertinente	
		RCR 42	População ligada, pelo menos, a instalações secundárias da rede pública de tratamento de águas residuais	Pessoas	Adequado	Totalmente Pertinente	
		RCR 43	Perdas de água nos sistemas de distribuição da rede pública de abastecimento de água	m³/ano	Adequado	Totalmente Pertinente	
	2.6 - Promover a transição para uma economia circular e eficiente na utilização dos recursos	RCR 47	Resíduos reciclados	Ton/ano	Adequado	Totalmente Pertinente	
		RCR 48	Resíduos usados como matérias-primas	Ton/ano	Adequado	Totalmente Pertinente	
		RCR 103	Resíduos objeto de recolha seletiva	Ton/ano	Adequado	Totalmente Pertinente	

	2.7 - Reforçar a proteção e preservação da natureza, a biodiversidade e as infraestruturas verdes, inclusive nas zonas urbanas, e reduzir todas as formas de poluição	RCR 50	População que beneficia de medidas relativas à qualidade do ar	Pessoas	Adequado	Totalmente Pertinente	
		RCR 52	Terrenos reabilitados para zonas verdes, habitação social, atividades económicas ou outras utilizações	Hectares	Adequado	Totalmente Pertinente	
		RCR 95	População com acesso a infraestruturas verdes novas ou melhoradas	Pessoas	Adequado	Totalmente Pertinente	
2-B. Mobilidade e Descarbonização	2.8 - Promover a mobilidade urbana multimodal sustentável, como parte da transição para uma economia com zero emissões líquidas de carbono	RCR 63	Utilizadores anuais de linhas de elétrico e de metropolitano novas ou modernizadas	Utilizadores/ano	Adequado	Totalmente Pertinente	Globalmente os indicadores são adequados e a existência de vários indicadores garante um sistema de indicadores com elevados níveis de pertinência do âmbito do PD.
		RCR 64	Utilizadores anuais de infraestruturas dedicadas ao ciclismo	Utilizadores/ano	Adequado	Totalmente Pertinente	
4-A. Qualificações, Emprego e Inclusão	RSQ4.2. Melhorar o acesso equitativo a serviços inclusivos e de qualidade na educação, na formação e na aprendizagem ao longo da vida através do desenvolvimento de infraestruturas acessíveis, nomeadamente através da promoção da resiliência no que diz respeito à educação e formação à distância e em linha (FEDER)	RCR 71	Utilizadores anuais das instalações, novas ou modernizadas, de ensino	Utilizadores/ano	Adequado	Totalmente Pertinente	Os indicadores são adequados e geralmente com elevados níveis de pertinência, embora um caso seja considerado não adequado e apenas cobre muito parcialmente os resultados associados a esta Prioridade do PD e respetivos objetivos específicos.
	RSQ4.5 Garantir a igualdade de acesso aos cuidados de saúde, fomentar a resiliência dos sistemas de saúde, inclusive dos cuidados de saúde primários, e promover a transição dos cuidados institucionais para os cuidados centrados na família e de proximidade (FEDER)	RCR 73	Utilizadores anuais de instalações, novas ou modernizadas, de cuidados de saúde	Utilizadores/ano	Adequado	Totalmente Pertinente	
	RSQ4.6 - Reforçar o papel da cultura e do turismo sustentável no desenvolvimento económico, na inclusão social e na inovação social (FEDER)	RCR 77	Visitantes de sítios culturais e turísticos apoiados	Visitantes/ano	Adequado	Totalmente Pertinente	
	ESQ 4.1 - Melhorar o acesso ao emprego e a medidas de ativação de todos os candidatos a emprego, em especial os jovens, sobretudo através da implementação da Garantia para a Juventude, dos desempregados de longa duração e grupos desfavorecidos no mercado de trabalho, e das pessoas inativas, bem como promover o emprego por conta própria e a economia social; (FSE+)	EESR01	Participantes jovens entre os 18 e os 29 anos com emprego, incluindo uma atividade por conta própria, seis meses depois de terminada a participação	Porcentagem	Adequado	Muito Pertinente	
	ESQ4.4. Promover a adaptação dos trabalhadores, das empresas e dos empresários à mudança, o envelhecimento ativo e saudável e um ambiente de trabalho saudável e bem adaptado capaz de prevenir riscos para a saúde; (FSE+)	EECR06	Participantes com uma melhor situação laboral seis meses depois de terminada a participação	Pessoas	Adequado	Muito Pertinente	
		EESR30	Participantes (nos RHAQ) com ensino superior empregados 6 meses depois de terminada a participação	Porcentagem	Adequado	Muito Pertinente	
	ESQ4.6. Promover a igualdade de acesso e a conclusão, em especial por parte dos grupos desfavorecidos, de um percurso de educação e formação inclusivo e de qualidade, desde a educação e acolhimento na primeira infância até ao ensino superior, passando pelo ensino e formação gerais e vocacionais, bem como a educação e aprendizagem de adultos, facilitando, nomeadamente, a mobilidade para fins de aprendizagem para todos e a acessibilidade para as pessoas com deficiência; (FSE+)	EECR03	Participantes que obtêm uma qualificação uma vez terminada a participação	Pessoas	Adequado	Muito Pertinente	
	ESQ4.7. Promover a aprendizagem ao longo da vida, em especial através de oportunidades flexíveis de melhoria de competências e de requalificação para todos, tendo em conta as competências nos domínios do empreendedorismo e do digital, antecipar melhor a mudança e as novas exigências em matéria de competências com base nas necessidades do mercado de trabalho, facilitar as transições de carreira e fomentar a mobilidade profissional; (FSE+)	EECR03	Participantes que obtêm uma qualificação uma vez t	Pessoas	Adequado	Totalmente Pertinente	
		EESR06	Participações certificadas em unidades de formação de curta duração ou unidades de competência	Porcentagem	Adequado	Totalmente Pertinente	
		EESR07	Adultos em processo RVCC ou certificados decorrer	Porcentagem	Adequado	Totalmente Pertinente	

	ESD4.8. Favorecer a inclusão ativa, com vista a promover a igualdade de oportunidades, a não discriminação e a participação ativa, e melhorar a empregabilidade, em particular dos grupos desfavorecidos; (FSE+)	EESR14	Instituições envolvidas em projetos de inovação e experimentação social	Nº	Adequado	Totalmente Pertinente	
		EESR24	Diplomados no tempo próprio em formações de base qualificante	Percentagem	Adequado	Totalmente Pertinente	
		EESR32	Participantes que procuram ativamente emprego uma vez	Percentagem	Adequado	Totalmente Pertinente	
	ESD4.11. Reforçar a igualdade de acesso em tempo útil a serviços de qualidade, sustentáveis e a preços comportáveis, incluindo serviços que promovam o acesso a habitação e a cuidados centrados na pessoa, incluindo cuidados de saúde; Modernizar os sistemas de proteção social, inclusive promovendo o acesso à proteção social, com especial ênfase nas crianças e nos grupos desfavorecidos; Melhorar a acessibilidade, inclusive para as pessoas com deficiência, a eficácia e a resiliência dos sistemas de saúde e dos serviços de cuidados continuados (FSE+)	EESR27	Bolseiros de ação social do ensino superior que concluíram o curso no tempo próprio	Percentagem	Adequado	Muito pertinente	
		EESR12	Projetos de diversificação e aumento da qualidade das respostas sociais concluídos	Percentagem	Adequado	Totalmente Pertinente	
		EESR10	Agrupamentos escolares e escolas não agrupadas abrangidas por projetos específicos de combate ao insucesso e ao abandono (TEIP) que progrediram em termos de insucesso ou abandono	Percentagem	Adequado	Totalmente Pertinente	
		EESR13	Utentes satisfeitos com a informação prestada nos atendimentos	Percentagem	Adequado	Muito pertinente	
		EESR17	Alunos dos agrupamentos ou escolas não agrupadas abrangidas por intervenções para a promoção do sucesso educativo que concluem em tempo normal os ciclos de estudo	Percentagem	Adequado	Totalmente Pertinente	
5-A. Coesão Social e Territorial	5.1 - Promover o desenvolvimento social, económico e ambiental integrado e inclusivo, a cultura, o património natural, o turismo sustentável e a segurança nas zonas urbanas	RSR10	Projetos transversais de âmbito intermunicipal	Nº	Adequado	Muito pertinente	Os indicadores são adequados e cobrem parcialmente os resultados associados a esta Prioridade do PO e respetivos objetivos específicos.
		RSR11	Instituições envolvidas nos projetos de promoção da capacitação institucional e do desenvolvimento regional apoiados	Nº	Adequado	Muito pertinente	
	5.2 - Promover o desenvolvimento social, económico e ambiental integrado e inclusivo a nível local, a cultura, o património natural, o turismo sustentável e a segurança nas zonas não urbanas	RSR10	Projetos transversais de âmbito intermunicipal	Nº	Adequado	Muito pertinente	
		RSR11	Instituições envolvidas nos projetos de promoção da capacitação institucional e do desenvolvimento regional apoiados	Nº	Adequado	Muito pertinente	

Escala pertinência Realização

Totalmente Pertinente	O indicador cobre o essencial dos resultados associadas a este objetivo específico
Muito Pertinente	O indicador cobre parcialmente os resultados associadas a este objetivo específico
Pouco Pertinente	O indicador cobre muito parcialmente os resultados associadas a este objetivo específico
Sem Pertinência	O indicador não está ajustado aos resultados associadas a este objetivo específico

Escala adequação

Adequado	Indicador adequado para medir o resultado do objetivo específico
Não adequado	Indicador normalmente utilizado para medir realizações

Quadro A 3. Matriz de suporte à SQ 5.2. Análise de clareza e robustez dos indicadores de realização

Prioridade	Objetivos específicos	Identificador / Código	Indicador	Unidade de medida	Clareza na definição e forma	Síntese avaliativa
1-A. Inovação e Competitividade	1.1 - Desenvolver e reforçar as capacidades de investigação e inovação e a adoção de tecnologias avançadas	RCO 01	Empresas apoiadas (nomeadamente: micro, pequenas, médias e grandes)	Empresas	Claro	Os indicadores são claros e permitem compreender as variáveis envolvidas e a forma de cálculo implícita.
		RCO 02	Empresas apoiadas através de subvenções	Empresas	Claro	
		RCO 05	Novas empresas apoiadas	Empresas	Claro	
		RCO 06	Investigadores que trabalham em instalações de investigação apoiadas	ETI anuais	Claro	
		RCO 07	Organizações de investigação que participam em projetos de investigação conjunta	Organismos de investigação	Claro	
	1.2 - Aproveitar as vantagens da digitalização para os cidadãos, as empresas, os organismos de investigação e as autoridades públicas	RCO 14	Instituições públicas apoiadas para desenvolvimento de serviços, produtos e processos digitais	Instituições públicas	Claro	
	1.3 - Reforçar o crescimento sustentável e a competitividade das PME, bem como a criação de emprego nas PME, inclusive através de investimentos produtivos	RCO 01	Empresas apoiadas (nomeadamente: micro, pequenas, médias e grandes)	Empresas	Claro	
		RCO 02	Empresas apoiadas através de subvenções	Empresas	Claro	
		RCO 03	Empresas apoiadas através de instrumentos financeiros	Empresas	Claro	
		RCO 103	Empresas de elevado crescimento apoiadas	Empresas	Claro	
	1.4 - Desenvolver competências para a especialização inteligente, a transição industrial e o empreendedorismo	RCO16	Participação de intervenientes institucionais no processo de descoberta empreendedora	Participações de partes interessadas institucionais	Claro	
1-B. Conectividade Digital	1.5 - Reforçar a conectividade digital	RCO 41	Acréscimo de habitações com acesso a banda larga de capacidade muito elevada	Habitacões	Claro	O indicador é claro e permite compreender as variáveis envolvidas e a forma de cálculo implícita.
2-A. Sustentabilidade e Biodiversidade	2.1 - Promover a eficiência energética e reduzir as emissões de gases com efeito de estufa	RCO 01	Empresas apoiadas (nomeadamente: micro, pequenas, médias e grandes)	Empresas	Claro	Globalmente os indicadores são claros e permitem compreender as variáveis envolvidas e a forma de cálculo implícita.
		RCO 02	Empresas apoiadas através de subvenções	Empresas	Claro	
		RCO 03	Empresas apoiadas através de instrumentos financeiros	Empresas	Claro	
		RCO 19	Edifícios públicos com desempenho energético melhorado	Metros quadrados	Claro	
	2.2 - Promover as energias renováveis, em conformidade com a Diretiva (UE) 2018/2001, incluindo os critérios de sustentabilidade nela estabelecidos	RCO 22	Capacidade de produção adicional de energias renováveis (nomeadamente, elétrica, térmica)	MW	Claro	
		RCO 97	Comunidades de energia renovável apoiadas	Comunidades de energia renovável	Claro	
	2.4 - Promover a adaptação às alterações climáticas, a prevenção dos riscos de catástrofe e a resiliência, tendo em conta abordagens baseadas em ecossistemas	RCO 24	Investimentos em sistemas, novos ou melhorados, de monitorização, preparação, alerta e resposta em caso de catástrofes naturais	€	Claro	
		RCO 25	Proteções, recentemente construídas ou consolidadas, contra inundações em faixas costeiras e margens fluviais e lacustres	Km	Claro	
		RCO 28	Área abrangida por medidas de proteção contra incêndios florestais	Hectares	Claro	
	2.5 - Promover o acesso à água e a gestão sustentável da água	RCO 30	Comprimento das condutas, novas ou melhoradas, dos sistemas de distribuição da rede pública de abastecimento de água	Km	Claro	
		RCO 31	Comprimento das condutas, novas ou melhoradas, da rede pública de recolha de águas residuais	Km	Claro	

		RCO 32	Capacidade, nova ou melhorada, de tratamento de águas residuais	Equivalente população	Claro	
	2.6 - Promover a transição para uma economia circular e eficiente na utilização dos recursos	RCO 01	Empresas apoiadas (nomeadamente: micro, pequenas, médias e grandes)	Empresas	Claro	
		RCO 02	Empresas apoiadas através de subvenções	Empresas	Claro	
		RCO 34	Capacidade adicional de reciclagem de resíduos	ton/ano	Claro	
		RCO 107	Investimentos em instalações de recolha seletiva de resíduos	€	Claro	
		RCO 36	Infraestruturas verdes apoiadas para outros fins que não a adaptação às alterações climáticas	Hectares	Claro	
	2.7 - Reforçar a proteção e preservação da natureza, a biodiversidade e as infraestruturas verdes, inclusive nas zonas urbanas, e reduzir todas as formas de poluição	RCO 37	Superfície dos sítios Natura 2000 abrangidos por medidas de proteção e restauração	Hectares	Claro	
		RCO 38	Área de terreno reabilitado apoiada	Hectares	Claro	
		RCO 59	Infraestruturas para combustíveis alternativos (pontos de abastecimento/carregamento)	Pontos de abastecimento/carregamento	Claro	
2-B. Mobilidade e Descarbonização	2.8 - Promover a mobilidade urbana multimodal sustentável, como parte da transição para uma economia com zero emissões líquidas de carbono	RCO 55	Extensão das novas linhas de elétrico e de metropolitano	Km	Claro	Globalmente os indicadores são claros e permitem compreender as variáveis envolvidas e a forma de cálculo implícita.
		RCO 58	Infraestruturas dedicadas ao ciclismo apoiadas	Km	Claro	
	RSO4.2. Melhorar o acesso equitativo a serviços inclusivos e de qualidade na educação, na formação e na aprendizagem ao longo da vida através do desenvolvimento de infraestruturas acessíveis, nomeadamente através da promoção da resiliência no que diz respeito à educação e formação à distância e em linha (FEDER) RSO4.5 Garantir a igualdade de acesso aos cuidados de saúde, fomentar a resiliência dos sistemas de saúde, inclusive dos cuidados de saúde primários, e promover a transição dos cuidados institucionais para os cuidados centrados na família e de proximidade (FEDER) RSO4.6 - Reforçar o papel da cultura e do turismo sustentável no desenvolvimento económico, na inclusão social e na inovação social (FEDER) ESO 4.1.- Melhorar o acesso ao emprego e a medidas de ativação de todos os candidatos a emprego, em especial os jovens, sobretudo através da implementação da Garantia para a Juventude, dos desempregados de longa duração e grupos desfavorecidos no mercado de trabalho, e das pessoas inativas, bem como promover o emprego por conta própria e a economia social; (FSE+) ESO4.4. Promover a adaptação dos trabalhadores, das empresas e dos empresários à mudança, o envelhecimento ativo e saudável e um ambiente de trabalho saudável e bem adaptado capaz de prevenir riscos para a saúde; (FSE+)	RCO 67	Capacidade das salas de aula, novas ou melhoradas, das instalações de ensino	Pessoas	Claro	
		RCO 69	Capacidade das instalações, novas ou modernizadas, de cuidados de saúde	Pessoas/ano	Claro	
		RCO 77	Número de sítios culturais e turísticos apoiados	Locais de interesse cultural e turístico	Claro	
		EECO07	Jovens entre os 18 e os 29 anos	Pessoas	Claro	
		EECO05	Pessoas com emprego, incluindo trabalhadores por conta própria	Pessoas	Claro	
		EECO11	Pessoas com um diploma do ensino superior	Pessoas	Claro	

4-A. Qualificações, Emprego e Inclusão	ESO4.6. Promover a igualdade de acesso e a conclusão, em especial por parte dos grupos desfavorecidos, de um percurso de educação e formação inclusivo e de qualidade, desde a educação e acolhimento na primeira infância até ao ensino superior, passando pelo ensino e formação gerais e vocacionais, bem como a educação e aprendizagem de adultos, facilitando, nomeadamente, a mobilidade para fins de aprendizagem para todos e a acessibilidade para as pessoas com deficiência; (FSE+)	EEO10	Pessoas que completaram o ensino secundário ou estudos pós-secundários	Pessoas	Claro	Globalmente os indicadores são claros e permitem compreender as variáveis envolvidas e a forma de cálculo implícita.
	ESO4.7. Promover a aprendizagem ao longo da vida, em especial através de oportunidades flexíveis de melhoria de competências e de requalificação para todos, tendo em conta as competências nos domínios do empreendedorismo e do digital, antecipar melhor a mudança e as novas exigências em matéria de competências com base nas necessidades do mercado de trabalho, facilitar as transições de carreira e fomentar a mobilidade profissional; (FSE+)	EEO10	Pessoas que completaram o ensino secundário ou estudos pós-secundários	Pessoas	Claro	
		EEO03	Participações em unidades de formação de curta duração ou unidades de competência	Nº	Claro	
		EEO04	Participantes apoiados nos Centros Qualifica	Pessoas	Claro	
	ESO4.8. Favorecer a inclusão ativa, com vista a promover a igualdade de oportunidades, a não discriminação e a participação ativa, e melhorar a empregabilidade, em particular dos grupos desfavorecidos; (FSE+)	EEO16	Pessoas sem abrigo ou afetadas pela exclusão habitacional	Pessoas	Claro	
		EEO11	Projetos de inovação e experimentação social apoiados	Nº	Claro	
		EEO22	Participantes apoiados em formação de base qualificante	Pessoas	Claro	
		EEO04	Inativos	Pessoas	Claro	
	ESO4.11. Reforçar a igualdade de acesso em tempo útil a serviços de qualidade, sustentáveis e a preços comportáveis, incluindo serviços que promovam o acesso a habitação e a cuidados centrados na pessoa, incluindo cuidados de saúde; Modernizar os sistemas de proteção social, inclusive promovendo o acesso à proteção social, com especial ênfase nas crianças e nos grupos desfavorecidos; Melhorar a acessibilidade, inclusive para as pessoas com deficiência, a eficácia e a resiliência dos sistemas de saúde e dos serviços de cuidados continuados (FSE+)	EEO09	Projetos de diversificação e aumento da qualidade das respostas sociais apoiados	Nº	Claro	
		EEO10	Atendimentos especializados a pessoas migrantes	Nº	Claro	
		EEO07	Agrupamentos escolares ou escolas não agrupadas abrangidos por intervenções para a promoção do sucesso educativo	Entidades	Claro	
		EEO30	Crianças e alunos abrangidos pelos Planos Integrados e Inovadores de Combate ao Insucesso Escolar	Nº	Claro	
		EEO12	Agrupamentos escolares ou escolas não agrupadas abrangidas por intervenções com vista à redução do abandono escolar e à melhoria do sucesso educativo (TEIP)	Entidades	Claro	
		EEO29	Crianças e alunos dos agrupamentos e escolas não agrupadas abrangidos em Territórios Educativos de Intervenção Prioritária	Nº	Claro	
5-A. Coesão Social e Territorial	5.1 - Promover o desenvolvimento social, económico e ambiental integrado e inclusivo, a cultura, o património natural, o turismo sustentável e a segurança nas zonas urbanas	RCO 74	População abrangida por projetos no âmbito de estratégias de desenvolvimento territorial integrado	Pessoas	Claro	Globalmente os indicadores são claros e permitem compreender as variáveis envolvidas e a forma de cálculo implícita.
		RCO 75	Estratégias de desenvolvimento territorial integrado apoiadas	Contribuições para estratégias	Claro	
	5.2 - Promover o desenvolvimento social, económico e ambiental integrado e inclusivo a nível local, a cultura, o património natural, o turismo sustentável e a segurança nas zonas não urbanas	RCO 74	População abrangida por projetos no âmbito de estratégias de desenvolvimento territorial integrado	Pessoas	Claro	
		RCO 75	Estratégias de desenvolvimento territorial integrado apoiadas	Contribuições para estratégias	Claro	

Escala Clareza na definição e na forma de cálculo

Claro	A designação e descrição do indicador permite compreender as variáveis envolvidas e a forma de cálculo implícita
Perceptível	A designação e descrição do indicador permite perceber, de forma não precisa, os contornos das variáveis envolvidas e/ou a forma
Pouco claro	Pouco claro (restantes casos)

Quadro A 4. Matriz de suporte à SQ 5.2. Análise de clareza e robustez dos indicadores de resultado

Prioridade	Objetivos específicos	Identificador / Código	Indicador	Unidade de medida	Identificação das fontes	Clareza na definição e forma de cálculo	Síntese avaliativa
1-A. Inovação e Competitividade	1.1 - Desenvolver e reforçar as capacidades de investigação e inovação e a adoção de tecnologias avançadas	RCR 02	Investimentos privados combinados com apoio público (nomeadamente: subvenções, instrumentos financeiros)	Euros	SI PT2030	Claro	Globalmente os indicadores são claros e permitem compreender as variáveis envolvidas e a forma de cálculo implícita.
		RCR 03	Pequenas e médias empresas (PME) introdutoras de inovação de produtos ou de processos	Empresas	SI PT2030	Claro	
		RCR 102	Empregos de investigação criados nas entidades apoiadas	ETI anuais	SI PT2030	Claro	
	1.2 - Aproveitar as vantagens da digitalização para os cidadãos, as empresas, os organismos de investigação e as autoridades públicas	RCR 11	Utilizadores de serviços, produtos e processos digitais públicos novos e melhorados	Utilizadores/ano	SI PT2030	Claro	
	1.3 - Reforçar o crescimento sustentável e a competitividade das PME, bem como a criação de emprego nas PME, inclusive através de investimentos produtivos	RCR 01	Postos de trabalho criados em entidades apoiadas	ETI anuais	SI PT2030	Claro	
		RCR 03	Pequenas e médias empresas (PME) introdutoras de inovação de produtos ou de processos	Empresas	SI PT2030	Claro	
		RCR 19	Empresas com maior volume de negócios	Empresas	SI PT2030	Claro	
		RCR 25	PME com maior valor acrescentado por trabalhador	Empresas	SI PT2030	Claro	
	1.4 - Desenvolver competências para a especialização inteligente, a transição industrial e o empreendedorismo	RSR 03	Instituições envolvidas no processode descoberta empreendedora	N.º	SI PT2030	Claro	
1-B. Conectividade Digital	1.5 - Reforçar a conectividade digital	RCR 53	Habitações com assinaturas de banda larga em redes de capacidade muito elevada	Habitações	SI PT2030	Claro	
2-A. Sustentabilidade e Biodiversidade	2.1 - Promover a eficiência energética e reduzir as emissões de gases com efeito de estufa	RCR 26	Consumo anual de energia primária (nomeadamente: habitações, edifícios públicos, empresas, outros)	MWh/ ano	SI PT2030	Claro	Globalmente os indicadores são claros e permitem compreender as variáveis envolvidas e a forma de cálculo implícita.
	2.2 - Promover as energias renováveis, em conformidade com a Diretiva (UE) 2018/2001, incluindo os critérios de sustentabilidade nela estabelecidos	RCR 31	Total da energia renovável produzida (nomeadamente: elétrica, térmica)	MWh/ano	SI PT2030	Claro	
	2.4 - Promover a adaptação às alterações climáticas, a prevenção dos riscos de catástrofe e a resiliência, tendo em conta abordagens baseadas em ecossistemas	RCR 35	População que beneficia de medidas de proteção contra inundações	Pessoas	SI PT2030	Claro	
		RCR 36	População que beneficia de medidas de proteção contra incêndios florestais	Pessoas	SI PT2030	Claro	
	2.5 - Promover o acesso à água e a gestão sustentável da água	RCR 41	População ligada a instalações melhoradas da rede pública de abastecimento de água	Pessoas	SI PT2030	Claro	
		RCR 42	População ligada, pelo menos, a instalações secundárias da rede pública de tratamento de águas residuais	Pessoas	SI PT2030	Claro	
		RCR 43	Perdas de água nos sistemas de distribuição da rede pública de abastecimento de água	m³/ano	SI PT2030	Claro	
	2.6 - Promover a transição para uma economia circular e eficiente na utilização dos recursos	RCR 47	Resíduos reciclados	Ton/ano	SI PT2030	Claro	
		RCR 48	Resíduos usados como matérias-primas	Ton/ano	SI PT2030	Claro	
		RCR 103	Resíduos objeto de recolha seletiva	Ton/ano	SI PT2030	Claro	
	2.7 - Reforçar a proteção e preservação da natureza, a biodiversidade e as infraestruturas verdes, inclusive nas zonas urbanas, e reduzir todas as formas de poluição	RCR 50	População que beneficia de medidas relativas à qualidade do ar	Pessoas	SI PT2030	Claro	
		RCR 52	Terrenos reabilitados para zonas verdes, habitação social, atividades económicas ou outras utilizações	Hectares	SI PT2030	Claro	
		RCR 95	População com acesso a infraestruturas verdes novas ou melhoradas	Pessoas	SI PT2030	Claro	

2-B. Mobilidade e Descarbonização	2.8 - Promover a mobilidade urbana multimodal sustentável, como parte da transição para uma economia com zero emissões líquidas de carbono	RCR 63	Utilizadores anuais de linhas de elétrico e de metropolitano novas ou modernizadas	Utilizadores/ano	SI PT2030	Claro	
		RCR 64	Utilizadores anuais de infraestruturas dedicadas ao ciclismo	Utilizadores/ano	SI PT2030	Claro	
4-A. Qualificações, Emprego e Inclusão	RSO4.2. Melhorar o acesso equitativo a serviços inclusivos e de qualidade na educação, na formação e na aprendizagem ao longo da vida através do desenvolvimento de infraestruturas acessíveis, nomeadamente através da promoção da resiliência no que diz respeito à educação e formação à distância e em linha (FEDER)	RCR 71	Utilizadores anuais das instalações, novas ou modernizadas, de ensino	Utilizadores/ano	SI PT2030	Claro	Globalmente os indicadores são claros e permitem compreender as variáveis envolvidas e a forma de cálculo implícita.
	RSO4.5 Garantir a igualdade de acesso aos cuidados de saúde, fomentar a resiliência dos sistemas de saúde, inclusive dos cuidados de saúde primários, e promover a transição dos cuidados institucionais para os cuidados centrados na família e de proximidade (FEDER)	RCR 73	Utilizadores anuais de instalações, novas ou modernizadas, de cuidados de saúde	Utilizadores/ano	SI PT2030	Claro	
	RSO4.6 - Reforçar o papel da cultura e do turismo sustentável no desenvolvimento económico, na inclusão social e na inovação social (FEDER)	RCR 77	Visitantes de sítios culturais turísticos apoiados	Visitantes/ano	SI PT2030	Claro	
	ESO 4.1.- Melhorar o acesso ao emprego e a medidas de ativação de todos os candidatos a emprego, em especial os jovens, sobretudo através da implementação da Garantia para a Juventude, dos desempregados de longa duração e grupos desfavorecidos no mercado de trabalho, e das pessoas inativas, bem como promover o emprego por conta própria e a economia social; (FSE+)	EESR01	Participantes Jovens entre os 18 e os 29 anos com emprego, incluindo uma atividade por conta própria, seis meses depois de terminada a participação	Percentagem	SI PT2030 / ISS, I.P.	Claro	
	ESO4.4. Promover a adaptação dos trabalhadores, das empresas e dos empresários à mudança, o envelhecimento ativo e saudável e um ambiente de trabalho saudável e bem adaptado capaz de prevenir riscos para a saúde; (FSE+)	EECR06	Participantes com uma melhor situação laboral seis meses depois de terminada a participação	Pessoas	Inquérito	Claro	
		EESR30	Participantes (nos RHAQ) com ensino superior empregados 6 meses depois de terminada a participação	Percentagem	SI PT2030 / ISS, I.P.	Claro	
	ESO4.6. Promover a igualdade de acesso e a conclusão, em especial por parte dos grupos desfavorecidos, de um percurso de educação e formação inclusivo e de qualidade, desde a educação e acolhimento na primeira infância até ao ensino superior, passando pelo ensino e formação gerais e vocacionais, bem como a educação e aprendizagem de adultos, facilitando, nomeadamente, a mobilidade para fins de aprendizagem para todos e a acessibilidade para as pessoas com deficiência; (FSE+)	EECR03	Participantes que obtêm uma qualificação uma vez terminada a participação	Pessoas	SI PT2030	Claro	

5-A. Coesão Social e Territorial	ESO4.7. Promover a aprendizagem ao longo da vida, em especial através de oportunidades flexíveis de melhoria de competências e de requalificação para todos, tendo em conta as competências nos domínios do empreendedorismo e do digital, antecipar melhor a mudança e as novas exigências em matéria de competências com base nas necessidades do mercado de trabalho, facilitar as transições de	EESR03	Participantes que obtêm uma qualificação uma vez terminada a participação	Pessoas	SI PT2030	Claro	Globalmente os indicadores são claros e permitem compreender as variáveis envolvidas e a forma de cálculo implícita.
		EESR06	Participações certificadas em unidades de formação de curta duração ou unidades de competência	Percentagem	SI PT2030	Claro	
		EESR07	Adultos em processo RVCC ou certificados decorrente desse processo	Percentagem	SI PT2030	Claro	
	ESO4.8. Favorecer a inclusão ativa, com vista a promover a igualdade de oportunidades, a não discriminação e a participação ativa, e melhorar a empregabilidade, em particular dos grupos desfavorecidos; (FSE+)	EESR14	Instituições envolvidas em projetos de inovação e experimentação social	Nº	SI PT2030	Claro	
		EESR24	Diplomados no tempo próprio em formações de base qualificante	Percentagem	SI PT2030	Claro	
		EESR32	Participantes que procuram ativamente emprego uma vez	Percentagem	SI PT2030	Claro	
	ESO4.11. Reforçar a igualdade de acesso em tempo útil a serviços de qualidade, sustentáveis e a preços comportáveis, incluindo serviços que promovam o acesso a habitação e a cuidados centrados na pessoa, incluindo cuidados de saúde; Modernizar os sistemas de proteção social, inclusive promovendo o acesso à proteção social, com especial ênfase nas crianças e nos grupos desfavorecidos; Melhorar a acessibilidade, inclusive para as pessoas com deficiência, a eficácia e a resiliência dos sistemas de saúde e dos serviços de cuidados continuados (FSE+)	EESR27	Bolseiros de ação social do ensino superior que concluíram o curso no tempo próprio	Percentagem	DGEEC	Claro	
		EESR12	Projetos de diversificação e aumento da qualidade das respostas sociais concluídos	Percentagem	SI PT2030	Claro	
		EESR10	Agrupamentos escolares e escolas não agrupadas abrangidas por projetos específicos de combate ao insucesso e ao abandono (TEIP) que progrediram em termos de insucesso ou abandono	Percentagem	DGEEC	Claro	
		EESR13	Utentes satisfeitos com a informação prestada nos atendimentos	Percentagem	Alto Comissariado para as Migrações -	Claro	
		EESR17	Alunos dos agrupamentos ou escolas não agrupadas abrangidas por intervenções para a promoção do sucesso educativo que concluem em tempo normal os ciclos de estudo	Percentagem	DGEEC	Claro	
	5.1 - Promover o desenvolvimento social, económico e ambiental integrado e inclusivo, a cultura, o património natural, o turismo sustentável e a segurança nas zonas urbanas	RSR10	Projetos transversais de âmbito intermunicipal	Nº	SI PT2030	Claro	
		RSR11	Instituições envolvidas nos projetos de promoção da capacitação institucional e do desenvolvimento regional apoiados	Nº	SI PT2030	Claro	
		RSR10	Projetos transversais de âmbito intermunicipal	Nº	SI PT2030	Claro	
		RSR11	Instituições envolvidas nos projetos de promoção da capacitação institucional e do desenvolvimento regional apoiados	Nº	SI PT2030	Claro	
	5.2 - Promover o desenvolvimento social, económico e ambiental integrado e inclusivo a nível local, a cultura, o património natural, o turismo sustentável e a segurança nas zonas não urbanas						

Escala Clareza na definição e na forma de cálculo

Claro	A designação e descrição do indicador permite compreender as variáveis envolvidas e a forma de cálculo implícita
Perceível	A designação e descrição do indicador permite perceber, de forma não precisa, os contornos das variáveis envolvidas e/ou a forma
Pouco claro	Pouco claro (restantes casos)



EY Parthenon

Ernst & Young, S.A. – Parthenon

Avenida da República, 90, 3º
1649-024 Lisboa

T. +351 21 791 20 00

F. +351 21 794 93 32

ey@pt.ey.com

